

MENSAGEM Nº 142

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e, cumulativamente, ao Estado da Eritreia.

Os méritos do Senhor Antonio de Aguiar Patriota que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de abril de 2019.

Brasília, 5 de Abril de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e, cumulativamente, ao Estado da Eritreia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 87/2019/CC/PR

Brasília, 22 de abril de 2019.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e, cumulativamente, ao Estado da Eritreia.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA

CPF.: 091.856.151-53

ID.: 7533 MRE

1954 Filho de Antonio Patriota e Maria Thereza de Aguiar Patriota, nasce em 27 de abril, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1975 Filosofia pela Universidade de Genebra
1978 CPCD - IRBr
1982 CAD - IRBr
1997 CAE, IRBr, O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva

Cargos:

1979 Terceiro-Secretário
1981 Segundo-Secretário, por merecimento
1987 Primeiro-Secretário, por merecimento
1993 Conselheiro, por merecimento
1998 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2003 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1979-83 Divisão das Nações Unidas, Assistente
1983-86 Delegação Permanente em Genebra, Segundo-Secretário
1986-88 Embaixada em Pequim, Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário e Conselheiro, comissionado
1988-90 Embaixada em Caracas, Primeiro-Secretário
1990-92 Secretaria-Geral de Política Exterior, assessor
1992-94 Presidência da República, Assessoria Diplomática, Adjunto
1994-99 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
1999-2003 Missão Permanente em Genebra, Ministro-Conselheiro
2003-04 Secretaria de Planejamento Diplomático, Secretário
2004-05 Gabinete do Ministro de Estado, Chefe de Gabinete
2005-07 Subsecretaria-Geral Política, Subsecretário-Geral
2007-09 Embaixada em Washington, Embaixador
2009-11 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Secretário-Geral
2011-13 Ministro de Estado das Relações Exteriores
2013-2016 Missão junto às Nações Unidas, Nova York
2016 Embaixada do Brasil em Roma, Embaixador

Publicações:

1998 O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva, Editado pela FUNAG, Brasília
2013 Política Externa Brasileira: discursos, artigos e entrevistas. Editado pela FUNAG, Brasília,

Condecorações:

1979 Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Vermeil

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

EGITO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Abril de 2019

DADOS BÁSICOS SOBRE O EGITO

NOME OFICIAL:	República Árabe do Egito
----------------------	--------------------------

GENTÍLICO:	egípcio, egípcia
CAPITAL:	Cairo
ÁREA:	1 001 450 km²
POPULAÇÃO:	97 milhões (CIA, 2017)
LÍNGUA OFICIAL:	árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (90%); cristianismo (10%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semi-presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Câmara dos Representantes (Majlis Al-Nowaab); Parlamento unicameral, composto por 596 membros eleitos para mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Abdel Fattah Al-Sisi (desde 8 de junho de 2014)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Mostafá Madbouly (desde 14 de junho de 2018)
CHANCELER:	Sameh Hassan Shoukry Selim (desde 17 de junho de 2014)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018):	US\$ 249,5 bilhões (2018, FMI)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018):	US\$ 1,3 trilhão (2018, FMI)
PIB PER CAPITA (2018)	US\$ 2 570 (2018, FMI)
PIB PPP PER CAPITA (2018)	US\$ 13 370 (2018, FMI)
VARIAÇÃO DO PIB	5,3% (2018); 4,2% (2017); 4,3% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016)	0,696 (115ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	73 anos
ALFABETIZAÇÃO (2017):	75,1%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	12% (Fonte: CIA)
UNIDADE MONETÁRIA:	libra egípcia
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Alaa Eldin Wagih Mohamed Roushdy
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 615 brasileiros residentes no Egito e na Eritreia

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-EGITO (fonte: MDIC) - FOB US\$ bilhões											
Brasil → Egito	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018
Intercâmbio	0,30	0,47	0,50	0,90	1,29	1,53	2,97	2,48	2,16	2,57	2,40
Exportações	0,29	0,42	0,46	0,87	1,24	1,44	2,62	2,20	2,06	2,42	2,13
Importações	0,01	0,05	0,03	0,03	0,05	0,09	0,34	0,28	0,11	0,16	0,27
Saldo	0,28	0,38	0,43	0,84	1,18	1,36	2,28	1,93	1,95	2,26	1,86

APRESENTAÇÃO

O Egito ocupa lugar central no mundo árabe, sendo, ao mesmo tempo, um país do norte da África, com fronteiras terrestres com a Líbia e com o Sudão, e a porta de entrada para o Oriente Médio, na região do Sinai. O Golfo de Aqaba banha, além do Egito, a Jordânia e a Arábia Saudita e esta última compartilha com o Egito a parte norte do Mar Vermelho. O país constitui, ainda, por meio do Canal de Suez, o ponto de passagem entre o Mar Vermelho e o Mediterrâneo e, por extensão, entre o Oceano Índico e o Atlântico. Sua população, atualmente estimada em mais de 90 milhões, é, de longe, a maior do mundo árabe (a segunda maior, a da Argélia, é estimada em menos de metade desse total) e a terceira maior do continente africano, atrás da Nigéria e da Etiópia. Sua economia é, também, a terceira maior do mundo árabe, depois da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos, e do continente africano, atrás da Nigéria e da África do Sul.

Palco de uma das histórias mais longas do mundo, o Egito fez parte, durante os primeiros séculos da era moderna, do Império Otomano, cuja capital localizava-se em Istambul, na Turquia. Entre o final do Século XIX e o início do século XX, com o colapso otomano, o país passou gradativamente para a esfera da expansão colonial europeia e o protetorado britânico foi oficialmente declarado em 1914. A extinção formal do protetorado, em 1922, não foi acompanhada por redução correspondente da presença do Reino Unido, que chegou a utilizar o Egito como base de operações aliadas durante a Segunda Guerra Mundial. O crescente sentimento independentista e antibritânico culminou com a Revolução Egípcia de 1952 (ou Revolução de 23 de Julho), tendo a independência sido formalmente declarada em 1953.

O Egito, além do peso econômico e populacional na região, vem tendo protagonismo nos processos de concertação e integração regionais, ao sediar a Liga dos Estados Árabes e exercer, em 2019, a presidência da União Africana. Constitui, ainda, importante difusor cultural no mundo árabe, por meio de sua literatura, cinema, televisão e música, consumidos e apreciados em toda a região.

PERFIS BIOGRÁFICOS

ABDEL FATAH AL-SISI

Presidente da República



Nasceu no Cairo, em 1954. Militar de carreira, entrou para os quadros de infantaria, em 1977, depois de graduar-se na Academia Militar Egípcia. Comandou uma divisão mecanizada; foi chefe de Segurança e Informação na Secretaria Geral do Ministério da Defesa; comandante da Zona Militar do Norte; chefe da Inteligência e Reconhecimento Militar. Em 2012, foi promovido a general e nomeado Chefe das Forças Armadas e ministro da Defesa e Produção Militar pelo então presidente Mohamed Mursi. Entre junho e julho de 2013, foi figura importante nos eventos que levaram à destituição do então chefe de estado egípcio. Tornou-se vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa, durante a presidência interina de Adly Mansour. Foi eleito, em maio de 2014, presidente do Egito, tendo sido reeleito para o cargo em abril de 2018.

MOSTAFA MADBOULY

Primeiro-ministro



Nasceu em 1966. Graduiu-se em Engenharia pela Universidade do Cairo, com mestrado e doutorado na mesma área. Entre 2009 e 2011, foi presidente da Autoridade Geral para Planejamento Urbano, do Ministério da

Habitação e Urbanismo egípcio. Posteriormente, atuou como diretor regional dos países árabes junto à ONU-Habitat até 2014, quando foi nomeado ministro da Habitação e Urbanismo. À frente da pasta, destacou-se pela execução do projeto “um milhão de casas”, com foco na ampliação do acesso a moradia para a população de baixa renda. Em novembro de 2017, tornou-se primeiro-ministro interino, em decorrência do afastamento do ex-primeiro-ministro Ismail Sherif por motivos de saúde. Em junho de 2018, foi efetivado como primeiro-ministro egípcio.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações Brasil-Egito, estabelecidas em 1924, consolidaram-se a partir da proclamação da República egípcia, em 1953. A influência exercida pelo Egito no mundo árabe, onde ocupa posição geográfica central e possui a população mais numerosa, bem como a histórica liderança que o Egito exerceu entre as nações em desenvolvimento, constituíram fatores de aproximação entre os dois países. A visita do então presidente Lula ao Egito, em dezembro de 2003, a primeira de um chefe de estado brasileiro desde as viagens de D. Pedro II ao Egito em 1871 e 1876, elevou o nível do relacionamento bilateral.

Ao longo dos anos 2000, o então chanceler Celso Amorim realizou três visitas bilaterais ao Egito (junho de 2003 e janeiro e dezembro de 2009), enquanto o então chanceler Aboul Gheit visitou o Brasil em julho de 2009. Também em 2009, foi inaugurado o mecanismo de diálogo estratégico entre os dois países, em reconhecimento mútuo da relevância de Brasil e Egito como interlocutores políticos em suas respectivas regiões. Naquele mesmo ano, o Egito passou também a despontar como o principal destino das exportações brasileiras à África. A relevância do relacionamento econômico-comercial levou, por sua vez, à assinatura, em 2010, do acordo de livre comércio MERCOSUL-Egito (ALC), o que tornou aquele país o segundo parceiro extrarregional a assinar ALC com o MERCOSUL, após Israel.

Após a revolução de janeiro de 2011 no Egito, no contexto dos esforços egípcios para diversificar suas parcerias, o Brasil passou a ser visto como parceiro privilegiado para a cooperação nos mais diversos domínios (meio ambiente, agricultura, saúde, entre outros), bem como importante fonte de investimentos externos. O êxito das políticas públicas brasileiras voltadas ao combate à pobreza também despertou grande interesse do Egito. A visita do então presidente Mohamed Mursi, em maio de 2013, foi a primeira de um chefe

de estado egípcio ao Brasil.

Durante a crise política no Egito, que resultou na deposição de Mursi (julho de 2013), o Brasil manteve seu embaixador no Cairo e preservou a via do diálogo e da cooperação com o governo egípcio. A realização de eleições presidenciais (maio de 2014), que resultaram na vitória de Abdel Fatah Al-Sisi, permitiu a progressiva normalização das relações bilaterais. Em agosto de 2014, o então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, realizou visita ao Egito para tratar de questões relativas a barreiras fitossanitárias e prospectar novas oportunidades comerciais. Na ocasião, foi recebido pelo presidente Al-Sisi, gesto que denotou a prioridade conferida pelo Egito à plena retomada das relações com o Brasil.

Em setembro de 2017, entrou em vigor o ALC MERCOSUL-Egito, que contribuiu para que o país se tornasse, em 2018, o principal destino das exportações brasileiras não somente para a África, mas também para o mundo árabe. Também em setembro de 2017, o então presidente Temer manteve encontro com o presidente Al-Sisi à margem da 72ª AGNU, em Nova York, quando foi reafirmado o compromisso mútuo com a dinamização das relações bilaterais. Em dezembro do mesmo ano, o então ministro do Comércio e Indústria do Egito, Tarek Kabil, realizou visita a Brasília para participar da LI cúpula do MERCOSUL, na qualidade de representante do presidente Al-Sisi, quando foi recebido pelo então presidente Michel Temer.

Em julho de 2018, o então chanceler Aloysio Nunes Ferreira manteve encontro com o assessor especial do presidente do Egito, Sherif Ismail, à margem da X cúpula do BRICS, em Joanesburgo, quando foram discutidas, entre outros temas, a ampliação e a diversificação das relações econômico-comerciais. Em setembro de 2018, o então secretário-executivo do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Eumar Roberto Novacki, realizou visita ao Cairo, onde manteve encontros com autoridades egípcias a respeito da facilitação recíproca do acesso a mercados para carnes e bens agrícolas.

Cooperação bilateral

Até o momento, não há projetos de cooperação técnica com o Egito, em que pese a existência de acordo de cooperação bilateral em vigor desde 1973. Encontram-se em negociação novos acordos de cooperação técnica e de cooperação em ciência, tecnologia e inovação, os quais deverão substituir o acordo preexistente de 1973, que abrange, atualmente, as duas áreas.

Em 2009, foi assinado memorando de entendimento entre Brasil e

Egito para promover ações conjuntas de cooperação técnica em países africanos e, em 2010, o Centro de Pesquisas Agrícolas do Egito estabeleceu memorando de entendimento para cooperação com a Embrapa.

Entre outubro e novembro de 2011, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) enviou missão de prospecção ao Egito. Como resultado, foram identificadas as seguintes áreas prioritárias para cooperação: agricultura; gestão de resíduos sólidos; saúde (transplante de fígado) e desenvolvimento social. Em 2012, o Egito enviou técnicos para participar de seminário organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com foco na divulgação de políticas públicas brasileiras na área do desenvolvimento social. No mesmo ano, foi recebida delegação do Centro de Pesquisas Agrícolas do Egito para estudo de produção e processamento de mandioca com apoio da Embrapa de Cruz das Almas (BA). Também em 2012, o Hospital Sírio-Libanês de São Paulo realizou capacitação sobre transplante de fígado, da qual participaram profissionais egípcios e palestinos. A capacitação contribuiu para a criação de um programa de transplante de fígado em hospitais egípcios.

Em maio de 2013, durante a visita do então presidente egípcio Mohamed Mursi ao Brasil, foram assinados três memorandos de entendimento para cooperação técnica nas áreas de agricultura, desenvolvimento agrário e desenvolvimento social.

Desde 2015, autoridades egípcias têm manifestado interesse pela cooperação com o Brasil na área da bioenergia, em particular o desenvolvimento de biocombustíveis, uma vez que o país busca reduzir sua dependência externa de combustíveis fósseis, bem como promover a geração de renda no campo e a diversificação de sua matriz energética. O Egito conta, atualmente, com pequena produção, ainda em estágio experimental, de etanol e biodiesel a partir de óleo de jatrofa (pinhão-mansão).

Outros domínios em que o Brasil e o Egito têm buscado intensificar a cooperação, por meio da negociação de instrumentos bilaterais, são o de defesa, o de cooperação jurídica, o de ensino e pesquisa e o de turismo.

Comércio e investimentos

O Egito, que é o principal destino das exportações brasileiras para a África, também foi, em 2018, o principal comprador de produtos brasileiros no mundo árabe (US\$ 2,1 bilhões), superando a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. O país também é o terceiro maior mercado consumidor de carne bovina brasileira no mundo. As exportações brasileiras para o Egito,

concentradas em produtos primários como açúcar, carnes, milho e minério de ferro, somaram, em 2018, US\$ 2,1 bilhões. Há indícios de que a entrada em vigor do acordo de livre comércio (ALC) MERCOSUL-Egito (setembro de 2017) esteja levando a uma maior diversificação das exportações brasileiras, com aumento da participação e de bens não tradicionais, como manufaturados, ferro fundido e aço, e fumo. Por sua vez, as importações brasileiras do Egito têm sido concentradas em superfosfatos, ureia e produtos hortícolas e atingiram, em 2018, US\$ 269,46 milhões, com crescimento de 73,3% em relação a 2017. Esse aumento nas importações do Egito também pode estar relacionado à entrada em vigor do ALC.

A fim de explorar as novas oportunidades abertas pelo atual contexto favorável nas relações econômico-comerciais entre Brasil e Egito, missões empresariais e outras ações de promoção comercial vêm sendo organizadas, com o apoio da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), com destaque para a I reunião do Conselho Empresarial Brasil-Egito, realizada no Cairo em fevereiro de 2018, e para a realização do “Fórum Econômico Brasil - Países Árabes”, em São Paulo, em abril de 2018.

A facilitação do acesso a mercados para produtos brasileiros no Egito também constitui agenda prioritária das relações econômico-comerciais. Devido à elevada importância dos produtos agropecuários na pauta de exportação para o Egito, foi instituída, no final de 2018, a comissão agrícola do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento residente no Cairo.

Há histórico de investimentos brasileiros no Egito no setor de cimentos (InterCement, do grupo Camargo Correa) e transportes (Marcopolo e Randon), bem como perspectivas favoráveis para novos negócios nas áreas de construção civil, exploração de petróleo, aviação e alimentos. O Egito realizou, recentemente, reforma de sua legislação sobre investimentos. Nesse contexto, o Brasil tem negociado com o país a assinatura de acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI).

Assuntos consulares

A Embaixada no Cairo é a única representação brasileira no país. Além do território do Egito, a jurisdição consular da embaixada inclui o Estado da Eritreia. O setor consular do Posto presta o apoio necessário à comunidade brasileira nos dois países, estimada em 615 pessoas.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais do Brasil a tomador soberano no

Egito.

POLÍTICA INTERNA

A deposição do Rei Farouk, em julho de 1952, e a subsequente abolição do regime monárquico, em junho de 1953, são apontados como o início da história do Egito republicano. Ao assumir o poder, o novo governo liderado por jovens oficiais, com destaque para o Coronel Gamal Abdel Nasser, tomou medidas para universalizar o acesso a serviços públicos e deu início à reforma agrária no país. Em 1956, após a promulgação de nova Constituição, Nasser tornou-se o primeiro presidente do país. Estabeleceu-se, na ocasião, regime de partido único, a União Nacional.

O estabelecimento da união entre Egito e Síria, entre 1958 e 1961, fez com que Nasser ocupasse a Presidência da República Árabe Unida (RAU). Após sua dissolução, o presidente egípcio ampliou a reforma agrária e reforçou o domínio do estado sobre a economia. Nova Constituição foi elaborada, em 1964, bem como nova agremiação política de caráter único, a União Socialista Árabe (USA).

Após a morte de Nasser, em 1970, Anwar Sadat assumiu o poder e conduziu processo de abertura econômica controlada, intitulado "Política das Portas Abertas", o que permitiu maior aproximação com o Ocidente. Em 1978, Sadat dissolveu a USA e criou, em seu lugar, o Partido Nacional Democrático (PND), que constituiu, a partir de então, a base de sustentação do governo. Instituiu, também, o multipartidarismo. No plano da política externa, logrou, pela via diplomática, recuperar o controle egípcio sobre a Península do Sinai e o Canal de Suez. Buscou o estabelecimento da paz com Israel e a consolidação as fronteiras egípcias na região do Sinai. Foi assassinado em 1981.

Governo Mubarak (1981-2011)

Com a morte de Sadat, assumiu o poder o então vice-presidente, Hosni Mubarak. Nos quase trinta anos em que governou o Egito, Mubarak amparou-se em forte aparato político-burocrático e de segurança. Restringiu a atuação da Irmandade Muçulmana (IM), organização islâmica conservadora fundada em 1928 e proscrita pelo governo Nasser em 1954.

No plano econômico, Mubarak deu continuidade ao programa de reformas liberalizantes iniciadas por Sadat, que possibilitaram ao país crescer

sucessivamente a taxas de 4 a 5% ao ano. No plano social, contudo, a concentração de renda, o desemprego decorrente das privatizações e o alto crescimento demográfico, principalmente nas grandes cidades, deterioraram as condições de vida da população. De modo a conter focos de tensão popular, Mubarak ampliou a política de subsídios aos bens e serviços básicos à população, o que contribuiu para sucessivos déficits orçamentários.

Nos anos 2000, diante de pressões locais por maior abertura democrática, Mubarak empreendeu reformas políticas pontuais. Nesse contexto, realizaram-se eleições legislativas e presidenciais em 2005. O pleito presidencial foi o primeiro de caráter multipartidário no país desde 1952 e levou à reeleição de Mubarak. No pleito legislativo, por sua vez, os membros da IM concorreram como candidatos independentes e conquistaram significativo número de assentos no Parlamento.

A Revolução de 2011

Ao final de janeiro de 2011, eclodiram manifestações de grande envergadura pelo Egito, inspiradas nos protestos populares na Tunísia, que haviam resultado na queda do presidente Ben Ali naquele país. Sob forte pressão popular e diante da perda do apoio das Forças Armadas, Mubarak renunciou, em fevereiro de 2011. Na ocasião, assumiu o poder o Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA), presidido pelo Marechal Mohamed Hussein Tantawi, comandante-geral das Forças Armadas e ministro da Defesa desde 1991.

Em março de 2011, os eleitores egípcios aprovaram referendo sobre emendas constitucionais que permitiriam a realização de eleições parlamentares em novembro de 2011, nas quais os partidos ligados ao islamismo político saíram vencedores. O conturbado quadro econômico e a persistência de protestos levaram a progressivo desgaste do governo militar de transição. Em contraposição, a IM, organizada em torno do "Partido Liberdade e Justiça" (PLJ), consolidou-se como uma das principais forças políticas no país. De modo semelhante, também ganhou projeção o partido salafista, vertente do Islã fortemente influenciada pelo wahabismo saudita. Mohamed Mursi, concorrendo pelo PLJ, foi eleito presidente com 51,7% dos votos.

Governo Mursi (2012-2013)

Ao iniciar seu mandato, Mursi adotou tom conciliatório, ao mesmo tempo em que buscou impor-se frente aos setores militares. Revogou a emenda constitucional que transferira ao CSFA parte dos poderes presidenciais, aprovada pouco antes do segundo turno das eleições presidenciais..

Em novembro de 2012, Mursi emitiu nova Declaração Constitucional, em substituição à que fora proclamada pelos militares em 2011, tornando atos presidenciais insusceptíveis ao exame da Suprema Corte Constitucional do país e a Comissão Constituinte imune a eventuais dissoluções decretadas pela justiça. Seguiram-se protestos violentos que congregaram centenas de milhares de pessoas nas principais cidades do Egito. Em dezembro de 2012, Mursi anunciou a revogação da Declaração e buscou acelerar os trabalhos de elaboração da nova Constituição. Em meados daquele mês, a nova Carta foi aprovada em referendo, com significativa taxa de abstenção.

A situação do governo Mursi deteriorou-se sensivelmente ao longo do primeiro semestre de 2013. O desemprego atingiu cerca de 13% da população, em particular os mais jovens, e a inflação acelerou rapidamente. No final de janeiro e início de fevereiro, registraram-se violentos incidentes em todo o Egito, que fizeram vítimas fatais. A oposição passou a exigir a formação de governo de emergência e a elaboração de nova Constituição. Paralelamente, a Suprema Corte Constitucional declarou a ilegalidade do Conselho Constitucional que elaborou o projeto de Constituição aprovada no ano anterior.

Em 1/7/2013, as forças armadas egípcias divulgaram ultimato de 48 horas para que as partes alcançassem solução de compromisso. Mursi propôs o estabelecimento de um comitê de reconciliação. Em 3/7, com a expiração do ultimato, o ministro da Defesa de Mursi, General Abdel Fatah Al-Sisi, anunciou, em cadeia nacional de televisão, a destituição do presidente da República.

Segunda transição egípcia

Após a destituição de Mursi, as Forças Armadas anunciaram que a Constituição seria revista e realizadas novas eleições legislativas e presidenciais. O presidente da Suprema Corte egípcia, Adly Mansur, foi declarado presidente interino. Al-Sisi, que se manteve como ministro da Defesa, consolidou-se como principal liderança no governo interino. O plano para a segunda transição egípcia contou com o endosso da oposição e dos salafistas, bem como das mais altas autoridades clericais sunitas e coptas do Egito. A Irmandade Muçulmana (IM), por sua vez, passou a demandar a libertação do presidente deposto e sua recondução ao cargo como pré-condição para o diálogo com o governo interino. Apesar de tentativas de mediação internacional, não houve entendimento entre a IM e o governo interino.

Em agosto de 2013, houve enfrentamentos entre apoiadores de Mursi e as forças de segurança, que fizeram centenas de vítimas. Ao mesmo tempo,

cresceu o registro de ataques terroristas contra alvos governamentais pelo país. Em setembro de 2013, a IM teve seus bens confiscados pelo Judiciário e suas atividades banidas. Em novembro, após a expiração do estado de emergência e do toque de recolher declarados em agosto, o governo interino promulgou nova lei de protestos, que restringiu o direito de reunião. Em dezembro, a IM foi declarada como organização terrorista.

A nova Constituição foi submetida a referendo em janeiro de 2014 e foi aprovada por 98,1% dos votos, com comparecimento de 38,6% dos eleitores (cerca de 20 milhões). A IM e outras organizações que se opunham ao governo interino defenderam o boicote ao referendo. Entre as inovações trazidas pela nova Constituição egípcia está a proibição à participação de partidos religiosos nas eleições. Após a aprovação da nova Constituição, as eleições presidenciais foram realizadas em maio de 2014, nas quais Abdel Fatah Al-Sisi foi eleito com 96% dos votos.

Governo Al-Sisi

A crescente estabilidade política, a prioridade atribuída à segurança e ao combate ao terrorismo e os rápidos resultados obtidos com as reformas macroeconômicas adotadas nos últimos anos, tais como a queda expressiva do desemprego e o controle da inflação, têm sido fatores positivos para a popularidade de Abdel Fatah Al-Sisi, que foi reconduzido ao cargo nas eleições de 2018, com 97% dos votos.

A prioridade máxima do governo Al-Sisi tem sido o combate ao terrorismo, considerado como a maior ameaça ao país. Ataques terroristas como o abate a avião russo da Metrojet, em outubro de 2015, tiveram impacto muito negativo sobre o turismo, importante fonte de divisas do país. Em fevereiro de 2018, o governo egípcio lançou ofensiva contra o terrorismo no país, à qual se tem sido atribuído o renovado crescimento do turismo nos últimos anos.

O atual governo também tem buscado atenuar o extremismo religioso e promover a secularização do país. Em julho de 2017, criou-se o Conselho Nacional de Combate ao Terrorismo e o Extremismo. Como demonstração simbólica, o presidente vem comparecendo, todos os anos, à Catedral de São Marcos, por ocasião da missa de Natal copta, sendo o primeiro chefe de estado na história republicana egípcia a fazer esse gesto. A comunidade copta no Egito é a maior minoria cristã no mundo islâmico, representando cerca de 10% de uma população de mais de 90 milhões.

O banimento à Irmandade Muçulmana (IM), imposto durante o governo de transição, foi mantido após Al-Sisi chegar formalmente ao poder. O ex-presidente Mursi, condenado à morte em 2015, teve sua pena comutada pela Corte de Cassação (última instância) para prisão perpétua.

As eleições parlamentares egípcias, previstas, inicialmente, para serem realizadas antes das eleições presidenciais, tiveram lugar no segundo semestre de 2015, com expressiva vitória dos partidos aliados ao presidente. Em 2019, teve início tramitação de proposta de reforma constitucional que poderá, entre outras medidas, flexibilizar o limite de mandatos presidenciais.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do governo do presidente Al-Sisi tem sido caracterizada, em linhas gerais, pelo reposicionamento no cenário geopolítico do Oriente Médio, pela manutenção de relações privilegiadas com tradicionais aliados ocidentais (EUA e Europa) e pela busca por diversificação de parcerias e aproximação com economias emergentes. Nota-se, igualmente, a busca por um maior protagonismo no encaminhamento das grandes questões em sua região, com destaque para as crises na Líbia, na Síria e no conflito israelo-palestino. A persistente instabilidade em seu entorno regional tem afetado diretamente a segurança no próprio território egípcio, que partilha longa fronteira a oeste com a Líbia (1100 km) e tem sido palco, a leste, de atividades terroristas no Sinai.

Oriente Médio

No oriente médio, o eixo da diplomacia pós-Mursi deslocou-se da Turquia e do Catar em direção à Arábia Saudita, EAU e Kuwait, devido a fatores econômicos e políticos.

Com relação à **Crise do Golfo**, as medidas adotadas pelo Egito contra o Catar foram mais limitadas do que aquelas implementadas por outros parceiros regionais. O Egito não restringiu as atividades econômicas de empresas ou nacionais do Catar, nem revogou vistos de residências, de trabalho ou de estudantes.

Apesar da **prioridade atribuída pelo Egito às relações com os demais países do Golfo**, há divergências em alguns temas, como a ação

militar no Iêmen, a estratégia para conter o jihadismo militante e o futuro da Síria.

No tocante à **crise na Síria**, o Egito tem defendido a importância de se preservarem a integridade territorial, bem como as instituições sírias, sobretudo suas forças armadas, de forma a evitar a repetição do que ocorreu no Iraque.

As posições do Egito sobre a **questão palestina**, inseridas no consenso árabe, não sofreram alteração com os diferentes governos egípcios, havendo o relacionamento com a Autoridade Palestina e o Fatah se mantido cordial e fluido. As **relações com o Hamas**, entretanto, amistosas durante o governo Mursi, passaram por rápida deterioração após sua queda. Ao longo de 2017, o risco de irrupção de violência descontrolada na Faixa de Gaza e de possível transbordamento para o Egito, bem como a urgência em neutralizar a sublevação islamista no Sinai levaram o Cairo estabelecer acordo com o Hamas sobre a gestão da segurança das fronteiras.

África

No tocante às **relações com a África**, o governo Al-Sisi tem-se esforçado para reposicionar o Egito no continente e adotar uma política de integração que se ilustra notadamente pela presença do presidente em cúpulas da União Africana (UA), cuja presidência passou a ser exercida pelo Egito em 2019, e pela organização no Egito de foros africanos. Esse renovado interesse pela África explica-se pelo fato de que duas das principais prioridades de política externa egípcia neste momento estão no continente: a crise na Líbia, preocupação primordial no plano da segurança, e o aproveitamento das águas do Nilo, vitais para a sobrevivência do país.

Os interesses egípcios no tocante à **hidropolítica do Nilo** visam à manutenção de sua cota histórica de 55 bilhões de metros cúbicos de água por ano, garantida por acordos firmados entre Egito e Reino Unido, em 1929, e entre Egito e Sudão, em 1959, porém questionada pelos demais países ribeirinhos. Em 2010, no quadro da Iniciativa da Bacia do Nilo, Sudão do Sul, Etiópia, Tanzânia, Quênia, Uganda, Burundi, Ruanda e República Democrática do Congo assinaram o Acordo de Entebbe, que permitiu a esses países fazerem uso das águas do Nilo sem levar em consideração a quota egípcia e sudanesa.

Em 2011, a **Etiópia** começou a construção da **Represa da Grande Renascença Etíope (GERD)** tema de grande interesse para o Egito, uma vez que 80% das águas do Grande Nilo provém do Nilo Azul,

na Etiópia. Após o Sudão, inicialmente crítico ao projeto, mudar sua orientação diante das evidências preliminares de que o país deverá também ser beneficiado pela barragem, o governo Al-Sisi tem buscado adotar postura cooperativa, o que propiciou a assinatura em Cartum, em março de 2015, da Declaração de Princípios, documento acordado entre Etiópia, Sudão e Egito, o qual estabelece que as águas do reservatório sejam utilizadas para a produção de energia, não para irrigação, e que o enchimento do reservatório, cerne das preocupações egípcias, seja feito com base em parecer técnico de consultores internacionais, escolhidos de comum acordo. O presidente Al-Sisi vem buscando, também, maior aproximação do Egito à Iniciativa da Bacia do Nilo, tendo participado da cúpula realizada em junho de 2017.

As tensões entre Egito, Sudão e Etiópia voltaram a escalar no fim de 2017, quando o Egito abandonou a 7ª reunião do comitê tripartite realizada no Cairo. O motivo do desentendimento estaria relacionado a discordâncias quanto ao modo e prazo para enchimento da barragem apresentado pelos consultores técnicos. Ao longo de 2018, após sucessivos encontros, a tensão entre os três países desescalou, sobretudo após a mudança de governo na Etiópia (abril), com a ascensão do atual primeiro-ministro Abiy Ahmed. Em encontro mantido entre o presidente Al-Sisi e o chefe do governo etíope, em julho de 2018, no Cairo, os dois países comprometeram-se a resolver pacificamente as disputas envolvendo a construção da barragem.

A **crise na Líbia** é tema absolutamente prioritário para a política externa egípcia. A estratégia do Cairo para a crise tem sido pautada pela contenção da influência islamista no futuro do país vizinho. Após a assinatura do Acordo Político Líbio (dezembro de 2015) e da formação do Governo de Acordo Nacional e, posteriormente, com a retomada das negociações, em 2017, visando à formação de novo arranjo político na Líbia em substituição ao GAN, o Egito vem defendendo uma solução para a crise líbia a partir da unificação das forças armadas e pela realização de eleições o mais rapidamente possível.

As relações do Egito com a **Eritreia** têm-se mantido cordiais, sobretudo à luz da necessidade de coordenação sobre a segurança do estreito de Bab Al-Mandeb, via de acesso obrigatória ao Canal de Suez. Os dois países também partilham preocupações quanto ao transbordamento do conflito no Iêmen. Para a Eritreia, um alinhamento mais estreito com o Egito vinha sendo buscado como forma de contrabalançar a influência etíope no Chifre da África. Apesar da normalização das relações entre a

Etiópia e a Eritreia (julho de 2018), o Egito continua a ser um parceiro importante para a Eritreia.

Estados Unidos e países europeus

As relações com os **Estados Unidos** têm sido marcadas, desde 2013, por certo esfriamento. A suspensão em 2013 da tradicional ajuda militar norte- americana de mais de um bilhão de dólares ao Egito, em função da crise política, teve enorme repercussão sobre a política externa do governo Al-Sisi, diante da intensificação de movimentos radicais no Egito e no restante do Oriente Médio, da participação egípcia na aliança regional norte- americana na luta contra o autoproclamado "Estado Islâmico", do valor estratégico do Canal de Suez, e do estoque de investimentos norte- americanos no Egito, da ordem de US\$ 22,2 bilhões (35,4% dos investimentos daquele país na África). Em março de 2015, a ajuda militar foi restabelecida, mas o país passou a buscar maior aproximação de países como a França e a Rússia.

Embora tenha sido inicialmente bem recebida pelo governo egípcio, a eleição de Donald Trump não conseguiu romper um distanciamento verificado nos últimos anos, sobretudo devido à decisão da administração Trump de cortar parcialmente a ajuda militar em meados de 2017, bem como de transferir a embaixada do EUA para Jerusalém. Ao longo de 2018, os EUA buscaram retomar uma parceria mais estreita com o Cairo em temas regionais, como as crises na Síria e na Líbia e no combate ao terrorismo, como evidenciado em declarações conjuntas emitidas por ocasião das visitas ao Cairo do vice-presidente e do secretário de Estado norte-americanos, bem como do encontro mantido entre os presidentes dos dois países à margem da AGNU, em Nova York. A decisão do governo dos EUA de liberar parcela restante (US\$ 195 milhões) da ajuda militar ao Egito, suspensa desde 2017.

Para a **Europa**, a estabilidade do Egito constitui preocupação prioritária, devido à importância estratégica do Canal de Suez, por onde transita parte substancial de seu comércio e de seu suprimento de energia, bem como ao temor de novas pressões migratórias em direção ao continente. Essa preocupação explica a vultosa ajuda ao desenvolvimento prestada pela Europa: a União Europeia participa de 250 diferentes projetos que envolvem recursos da ordem de EUR 1,3 bilhão. O Egito, que abriga cerca de 400 mil sírios e número superior de africanos, sobretudo, eritreus, sudaneses e etíopes, assumiu firmes compromissos na cooperação em assuntos migratórios com a Europa.

A União Europeia é o principal parceiro comercial do Egito, com fluxo anual estimado em cerca de US\$ 25 bilhões. Os investimentos diretos são substanciais, sobretudo do Reino Unido, cujo estoque é de cerca de US\$ 27 bilhões. A Alemanha participa de grandes projetos como a gigantesca usina elétrica, movida a energia eólica e gás, construída pela Siemens, cujos custos montam a US\$ 8 bilhões e cuja primeira parte foi inaugurada quando da visita de Angela Merkel, em março de 2017. Os investimentos italianos igualmente cresceram substancialmente com a descoberta pela ENI, em 2015, do imenso campo de gás Zohr, no Mediterrâneo.

Papel de destaque ocupa a **França**, país com o qual as relações se intensificaram desde a chegada de Al-Sisi ao poder. Desde 2015, quando o então presidente François Hollande realizou visita ao Egito, foram assinados acordos que ultrapassam os US\$ 9 bilhões e incluíram a venda de material de defesa, bem como sistemas de satélite e comunicações. Egito e França também mantêm estreita coordenação sobre temas regionais, sobretudo no que diz respeito a Líbia.

BRICS

Como parte de sua estratégia de diversificação de parcerias externas, o Egito tem buscado aproximar-se dos grandes países emergentes, sobretudo dos países do **BRICS**. Por ocasião de sua participação na V Cúpula do BRICS (Durban, março de 2013), portanto antes mesmo da chegada ao poder de Al-Sisi, o país havia manifestado desejo de aderir ao grupamento em caso de eventuais futuras expansões. Desde a chegada de Al-Sisi ao poder, foram registradas trocas de visitas de alto nível com todos os membros do grupamento, à exceção do Brasil. O Egito participou, no âmbito do diálogo expandido do bloco, da IX Cúpula dos BRICS organizada pela China (Xiamen, setembro de 2017) e da X Cúpula organizada pela África do Sul (Joanesburgo, julho de 2018).

As relações com a **Rússia** experimentaram excepcional aprofundamento sob o governo Al-Sisi, motivado, principalmente, pela suspensão da tradicional ajuda militar norte-americana. Ao longo dos últimos anos, manobras militares conjuntas vêm sendo realizadas e a Rússia se transformou em um dos principais fornecedores de armas ao país. Há coordenação entre os dois países em temas regionais, como na crise líbia e também na síria. O comércio bilateral cresceu de maneira expressiva, havendo atingido cerca de US\$ 4,5 bilhões ao ano. Em dezembro de 2017, durante a segunda visita de Putin ao Cairo, foi assinado

acordo para a construção de usina nuclear na costa mediterrânea com capacidade de produção de 4.800 megawatts de energia. Trata-se de projeto cujos custos montam a US\$ 30 bilhões, 85% dos quais serão financiados pelo governo russo.

A parceria com a **China** também se estreitou desde 2014, quando foi estabelecida parceria estratégica entre os dois países. Desde que assumiu o poder, Al-Sisi realizou cinco visitas ao país asiático. Xi Jinping, por sua vez, visitou o Egito em 2016, ocasião em que foram assinados 21 acordos técnicos e econômicos, que abarcaram prioritariamente as áreas de energia, transporte e infraestrutura, avaliados em US\$ 15 bilhões. Os acordos se enquadram na iniciativa chinesa do “Cinturão e Rota” (“Belt and Road”), na qual o Canal de Suez figura como importantíssima via de ligação e que guarda importantes sinergias com os planos do governo Al-Sisi de transformar o Egito num “hub” industrial e comercial.

Já o relacionamento com a **Índia**, país que Al-Sisi visitou em 2016, tem sido mais discreto, em que pese o comércio bilateral da ordem de US\$ 5 bilhões e a presença de cerca de 50 companhias indianas no Egito, com investimentos da ordem de US\$ 3 bilhões.

A **África do Sul** tem mantido relações cordiais com o governo Al-Sisi. O então presidente Jacob Zuma visitou o Cairo em 2015, ocasião em que foram assinados acordos que contemplam aumento do comércio bilateral e o combate ao terrorismo no continente africano.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Egito é a terceira maior economia da África (US\$ 249,5 bilhões em 2018), sendo, também, a terceira maior entre os países árabes. Tem apresentado rápido crescimento nos últimos anos, em consequência, em parte, de ambiciosa agenda de reformas macroeconômicas adotada pelo atual governo. A taxa média anual de crescimento do PIB foi de 4,5% entre 2005 e 2017, com registro de 5,3% em 2018. O PIB per capita também demonstra perspectiva de aumento gradual, embora o combate ao desemprego e à pobreza ainda constitua um dos principais desafios enfrentados pelo país. O setor mais importante para a economia é o de serviços (participação de 55,7% no PIB em 2016); seguido da indústria (participação de 33,1%) e da agropecuária (participação de 11,9%). Embora sua participação na economia seja relativamente pequena, o setor primário apresenta especial importância para a geração de empregos (27% do total), bem como de divisas internacionais, uma vez que corresponde a cerca de 23% das exportações do país. Ressalta-se, no entanto, déficit estrutural em bens

de agricultura e pecuária, o que leva o Egito a constituir-se em grande importador líquido de alimentos (o valor das importações de produtos primários supera em três vezes o valor das exportações).

As exportações do Egito, em 2017, último ano em que há dados disponíveis, totalizaram US\$ 25,9 bilhões e tiveram como principais destinos os EAU, Itália, Turquia, Arábia Saudita, EUA, e Reino Unido. Os principais itens da pauta de exportação foram combustíveis, frutas e hortaliças, ouro e outros metais preciosos, máquinas elétricas, plásticos e adubos. As importações, por sua vez, atingiram US\$ 66,3 bilhões e tiveram como principal origem China, Alemanha, Itália, Arábia Saudita, EUA e Rússia. Os principais itens importados foram combustíveis, máquinas, cereais, ferro e aço, plásticos e automóveis. O Egito é estruturalmente deficitário em sua balança comercial: além da já mencionada necessidade de importação de bens de agricultura e pecuária, contribui para esse déficit a dependência egípcia da importação de petróleo (o Egito importa cerca de 30% do que consome) e seus derivados. As importações de petróleo e derivados corresponderam a cerca de 16,4% das importações totais do Egito, em 2017 (US\$ 10,9 bilhões), enquanto gêneros alimentícios responderam por 17,9% das importações totais (US\$ 11,8 bilhões).

Até 2014, cerca de 50% do orçamento do Estado estava comprometido com subsídios a insumos básicos e com o pagamento de salários do serviço público, enquanto outros 33% eram destinados ao pagamento do serviço da dívida, herança da era Nasser (1956-1970). Em 2014, o governo egípcio iniciou ambicioso programa de reformas macroeconômicas, com o objetivo de superar a crise fiscal e impulsionar a economia. A partir de 2016, as reformas foram aceleradas, em função de empréstimos acordados com FMI e Banco Mundial. Naquele ano, foi aprovada nova lei do serviço público. Além disso, adotou-se o câmbio flutuante, que aumentou a competitividade das exportações. Em 2017, foi aprovada nova lei de investimentos que estabeleceu, entre outras medidas, taxas preferenciais de importação para matérias primas, maquinários, equipamentos de transporte, entre outros. Paralelamente, foi anunciada meta de corte de subsídios a insumos básicos.

Desde 2016, as reservas internacionais triplicaram (US\$ 44,5 bilhões, em 2018), a libra egípcia estabilizou-se e o câmbio paralelo foi extinto. O déficit em contas correntes foi reduzido em cerca de 57% devido à queda do déficit na balança comercial, a incrementos das rendas do Canal de Suez, a remessas da diáspora egípcia e, sobretudo, à retomada do crescimento do turismo. A dívida pública, ainda muito elevada, decresceu como porcentagem do PIB (93%) e o

Egito logrou fechar o último ano fiscal (encerrado em 30/06/2018) com pequeno superávit primário (0,1%). O desemprego caiu para o nível mais baixo em sete anos e meio (8,9%) e a inflação, que com a mudança do regime de câmbio e a eliminação gradual dos subsídios à energia, chegou a 23% em 2017, fechou o ano de 2018 em 14,4%. Ao mesmo tempo, entre 2016 e 2017, o investimento estrangeiro aumentou 12%, alcançando US\$ 8,5 bilhões.

No meio empresarial, nota-se otimismo quanto ao desempenho econômico do país no futuro próximo. O aumento das despesas de investimento do governo, melhor ambiente regulatório, a libra egípcia mais competitiva e a atividade de construção relacionada à nova capital administrativa a 45km do Cairo devem dar alento ao dinamismo da atividade econômica. No relatório "Doing Business 2018", do Banco Mundial, o Egito figura na 128ª posição no ranking de 190 países no que se refere a perspectivas favoráveis de negócios e investimentos estrangeiros.

Permanecem, contudo, importantes desafios econômicos relacionados à baixa qualificação da mão-de-obra, ao déficit de infraestrutura, ao elevado nível de informalidade da economia, bem como à manutenção de parte significativa da economia sob controle estatal. Ademais, as medidas de austeridade econômica tiveram efeito negativo sobre o poder aquisitivo da população egípcia. Desde 2015, a pobreza extrema cresceu de 27,8 % para 35%.

A atração de investimentos para megaprojetos de infraestrutura, com destaque para o plano de modernização e desenvolvimento do Canal de Suez, constitui importante objetivo do atual governo egípcio no plano econômico. Para tanto, o sistema de zonas francas no país, criado em 1997, tem sido revitalizado, com a criação de duas novas zonas econômicas especiais: a do Canal de Suez (2015) e do chamado triângulo dourado (2017), no noroeste do país, com grande potencial de desenvolvimento da mineração. O setor de construção, com expansão da ordem de 10% no último ano fiscal, vem sendo um dos principais responsáveis pelo crescimento econômico.

O setor da extração também tem crescido a taxas elevadas. Em 2018, o Egito atingiu autossuficiência em gás natural e, a partir de 2019, o país deverá contar com excedente exportável, o que contribuirá para a redução do déficit estrutural da balança comercial. Às reservas do gigantesco campo de Zohr, descoberto em 2016 no mediterrâneo egípcio, poderão somar-se novos campos ainda em fase embrionária de exploração pela mesma empresa. Há, ademais, expectativas bem fundadas de que o Egito se transforme, no médio prazo, em grande hub de gás, a partir da importação, por gasodutos, de gás proveniente de

Chipre e de Israel para tratamento nas usinas de liquefação existentes na costa mediterrânea do país.

O turismo, importante atividade econômica no país, apresentou crescimento de 16,5% em 2018 e foi considerado um dos setores mais dinâmicos no período. Os 8,3 milhões de turistas recebidos em 2017 já haviam representado 123% de aumento nas receitas do setor em relação a 2016, em virtude de significativa melhora da situação de segurança do país e mudança nos “travel warnings” da grande parte das embaixadas estrangeiras, havendo previsão de que em breve o Egito retome o nível de 14 milhões de turistas estrangeiros por ano que recebeu em 2010, antes da eclosão da revolução de janeiro de 2011.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

c.3100 AEC	Unificação do Egito. Fundação de Mênfis. Primeiros hieróglifos
c.2500 AEC	Construção das grandes pirâmides
525 AEC	Primeira invasão persa
343 AEC	Segunda invasão persa – fim do Estado faraônico
332 a 31 AEC	Invasão de Alexandre, o Grande. Guerra dos sucessores. Fundação de Alexandria. Dinastia dos Ptolomeus
31 AEC	Cleópatra é derrotada na batalha naval de Actium. O Egito se torna colônia romana
c. 30 EC	Início da cristianização do Egito. Primeiros textos em idioma copta
641	Conquista muçulmana. Fundação de Fustat (Fostate), hoje parte do Cairo
969	Estabelecimento do Califado Fatimida no Egito. Fundação do Cairo
1250 a 1517	Sultanato Mameluco
1517	Tomada do Egito pelo Império Turco-Otomano
1798	Napoleão Bonaparte invade o Egito, repellido pelos ingleses e turcos em 1801
1805	O comandante otomano albanês Muhammad Ali estabelece a dinastia que continua a reinar até 1953, embora continue nominalmente a fazer parte do Império Otomano até 1914
1859 a 1869	Construção do Canal de Suez
1882	Invasão britânica. O Egito mantém-se formalmente vinculado ao Império Otomano
1914	Egito se torna formalmente um protetorado britânico
1922	Egito torna-se nominalmente independente com Fuad I como rei. Persiste, no entanto, a presença britânica

1928	Fundação da Irmandade Muçulmana pelo egípcio Hasan Al-Banna
1948	Egito, Iraque, Jordânia e Síria atacam o novo estado de Israel, sem sucesso. Cresce a impopularidade do rei Farouk
1949	Formação do Comitê do Movimento dos Oficiais Livres, para derrubar a Monarquia
Jul/1952	Farouk abdica do trono em favor de seu filho menor, Ahmed Fuad II
1953	Proclamada a República no Egito. Muhammad Najib torna-se presidente, e Gamal Nasser torna-se primeiro-ministro
1954	Assinatura do tratado de evacuação das forças britânicas, que haviam iniciado sua retirada gradual em 1936
1955	O primeiro-ministro Nasser promove o nacionalismo egípcio e passa a defender o afastamento do país em relação ao Ocidente, em favor de maior neutralidade na política externa. As Forças Armadas são reequipadas.
Jan/1956	Egito e Grã-Bretanha renunciam ao controle do Sudão, estabelecido no final do século XIX
Jul/1956	Nasser torna-se presidente e nacionaliza o Canal de Suez
Out/1956	Invasão do Egito pela Grã-Bretanha, França e Israel, em reação à nacionalização do Canal de Suez. Os EUA se opõem à invasão, que fracassa
1958	Formação da República Árabe Unida, a partir da união do Egito e da Síria, com Nasser como presidente. O projeto de nação pan-árabe perdura até 1961.
1961 a 1966	Nasser adota políticas de cunho social, nacionaliza a indústria e cria subsídios. Ao mesmo tempo, é intensificada a repressão à Irmandade Muçulmana e a opositores políticos
Mai/1967	Intensificam-se tensões entre Egito e Israel. O Egito expulsa forças da ONU do Sinai, fecha o Estreito de Tiran a navios israelenses e estabelece pacto de defesa com a Jordânia.
1967	Guerra entre Israel, de um lado, e Egito, Jordânia e Síria, de outro. O Sinai é ocupado até o Canal de Suez e a faixa de Gaza. Egito lança lei emergencial que suspende os direitos civis.
Set/1970	Nasser morre e é sucedido pelo vice-presidente Anwar al-Sadat
1971	A construção da barragem de Assuã é concluída, com financiamento soviético
1972	Sadat torna-se presidente do Egito e busca reaproximação com o Ocidente, ao mesmo tempo em que busca promover medidas de liberalização econômica e de atração do investimento estrangeiro

Out/1973	Egito e Síria entram em guerra com Israel. Egito inicia negociações para a recuperação do Sinai
Jun/1975	O Canal do Suez retorna ao controle egípcio e é reaberto
Out/1977	Sadat visita Israel e dá início ao processo que conduz aos acordos de paz de Camp David, em 1979, e à suspensão do Egito da Liga Árabe até 1989. O Egito torna-se o maior beneficiário da ajuda financeira dos EUA
Out/1981	Sadat é assassinado por extremistas islâmicos e é sucedido pelo vice-presidente Hosni Mubarak
Nov/1981	Mubarak reafirma o estado de emergência, e intensifica restrições a atividades políticas, bem como à liberdade de expressão e de reunião
1991	O Egito integra coalizão contra a invasão iraquiana do Kuwait
1992 a 1997	Ataques terroristas a alvos governamentais e turísticos são perpetrados pelo grupo islâmico radical Gama'a Al-Islamiyya. Em 1997, são mortas 62 pessoas em atentado em Luxor
Mai/2005	Emenda constitucional que permite candidaturas às eleições presidenciais é aprovada em referendo popular, após meses de protestos
Jul/2005	Atentados a bomba no balneário de Sharm Al-Sheikh, no Mar Vermelho
Dez/2005	Realização das primeiras eleições multipartidárias desde 1952. Candidatos ligados à Irmandade Muçulmana são eleitos em número expressivo nas eleições parlamentares. Mubarak é reconduzido como presidente
Jan/2011	Eclodem manifestações inspiradas nos protestos na Tunísia, que levaram à queda do regime de Ben Ali naquele país
Fev/2011	Mubarak renuncia e o poder passa a ser exercido pelo Conselho Supremo das Forças Armadas
Jun/2012	Mohammed Mursi, ligado à Irmandade Muçulmana, vence a eleição presidencial com margem estreita de votos
Ago/2012	Combatentes islâmicos atacam posto avançado no Sinai e fazem breve incursão em Israel, dando início a nova insurgência
Dez/2012	Assembleia Constituinte aprova rascunho de nova Constituição, que reforça o papel do Islã
Jul/2013	As Forças Armadas destituem o presidente Mursi, em meio a manifestações em massa contrárias ao governo. Vítimas fatais em protestos favoráveis ao governo de Mursi, no Cairo, no mês seguinte
Dez/2013	A Irmandade Muçulmana é declarada grupo terrorista após a morte de 12 pessoas em explosão em Mansoura

Jan/2014	Nova Constituição aprovada
Mai/2014	Ex-chefe do Exército, Abdel Fatah Al-Sisi, eleito presidente
Mai/2015	O ex-presidente Mursi é condenado à morte no Egito, acusado de detenções arbitrárias, tortura, espionagem, tentativas de fuga, entre outros crimes
Nov/2016	O FMI aprova um empréstimo de US\$ 12 bilhões para o Egito, para alívio da crise econômica no país
Out/2017	Assinado, no Cairo, acordo intra-palestino, como resultado de diálogo entre Hamas e Fatah promovido pelo governo do Egito
Fev/2018	Lançada ofensiva militar do governo egípcio, contra o terrorismo no Sinai
Mar/2018	Al-Sisi reeleito presidente
Fev/2019	Submetida ao Parlamento proposta de emenda constitucional que, entre outras medidas, prevê a flexibilização do limite de mandatos presidenciais

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1871 e 1876	O Imperador D. Pedro II visita o Egito
1924	Estabelecimento de relações diplomáticas
1960	Assinatura de acordo cultural
1972	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Mourad Ghaleb
1973	Visita ao Egito do chanceler Mário Gibson Barbosa
1973	Assinatura de acordo comercial
1973	Assinatura de acordo de cooperação técnica e científica
1985	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Boutros Boutros-Ghali
1985	Assinatura de acordo para criação de comissão mista brasileiro-egípcia
1987	Visita ao Egito do chanceler Roberto de Abreu Sodré
1991	Visita ao Egito do chanceler Francisco Rezek
1996	Assinatura de memorando de entendimento sobre turismo
Jun/2003	Visita do chanceler Celso Amorim ao Egito
Dez/2003	Visita ao Egito do presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2003	Assinatura do memorando de entendimento para estabelecimento de consultas políticas
2003	Assinatura de memorando de entendimento sobre isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço
2004	Visita ao Egito do chanceler Celso Amorim, para participar,

	como convidado especial, de reunião da Liga dos Estados Árabes. Encontros com o chanceler Ahmed Maher e com o ministro do Comércio Exterior, Youssef Boutros-Ghali
2004	Realização da I reunião de consultas políticas, em Brasília
2005	Visita a Brasília do ministro dos Negócios Estrangeiros Aboul Gheit, para participar da I Cúpula América do Sul- Países Árabes (ASPA). Encontro com o chanceler Celso Amorim.
2007	Realização da II reunião de consultas políticas, em Brasília
2008	Visita ao Brasil do ministro do Comércio e Indústria do Egito, Rachid Mohammed Rachid
Jul/2009	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros Aboul Gheit
Dez/2009	Visita do chanceler Celso Amorim ao Egito
2009	Assinatura de memorandos de entendimento para cooperação esportiva, cooperação entre academias diplomáticas e cooperação técnica com terceiros países da África
2009	Realização da I reunião de diálogo estratégico Brasil-Egito
Mar/2010	Visita ao Egito do ministro da Indústria, Desenvolvimento e Comércio, Miguel Jorge
2010	Assinatura de acordo institucional entre o Centro de Pesquisa Agrícola do Egito e a Embrapa
Jul/2010	Realização da III reunião de consultas políticas, em Brasília
Ago/2010	Visita ao Brasil do ministro do Comércio Exterior e Indústria do Egito, Rachid Mohamed Rachid
Ago/2010	Assinatura do acordo de livre comércio MERCOSUL-Egito, durante a 39ª Cúpula do Bloco, em San Juan
2011	Visita ao Egito do chanceler Antonio de Aguiar Patriota
2011	Realização da IV reunião de consultas políticas, no Cairo
2011	Realização de missão de prospecção ao Egito da Agência Brasileira de Cooperação
2011	O governo brasileiro realiza contribuição de US\$ 150 mil para o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Egito
2012	Encontro entre os presidentes Mohamed Mursi e Dilma Rousseff à margem da 67ª Assembleia Geral da ONU
2013	Visita ao Brasil do presidente Mohamed Mursi
2013	Assinatura de memorandos de entendimento para cooperação na área de agricultura, desenvolvimento agrário e desenvolvimento social
2014	Visita ao Egito do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller
Set/2017	Entrada em vigor do acordo de livre comércio MERCOSUL-Egito
Set/2017	Encontro entre os presidentes Abdel Fatah Al-Sisi e Michel

	Temer à margem da 72ª Assembleia Geral da ONU
Dez/2017	Visita a Brasília do ministro do Comércio e Indústria do Egito, Tarek Kabil, para participar, como convidado especial, da LI cúpula do MERCOSUL
Fev/2018	Realização da I reunião do conselho empresarial Brasil-Egito, no Cairo
Abr/2018	Realização da V reunião de consultas políticas, no Cairo
Jul/2018	Encontro entre o chanceler Aloysio Nunes Ferreira e o assessor especial do presidente do Egito, Sherif Ismail, à margem da X cúpula do BRICS, em Johannesburg
Set/2018	Visita ao Egito do então secretário-executivo do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Eumar Roberto Novacki
Dez/2018	Criação de adidância do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Cairo

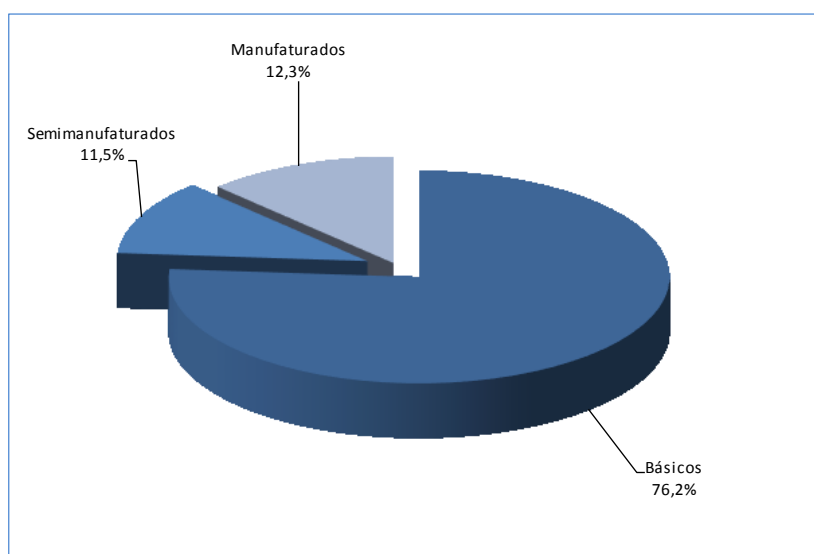
ACORDOS BILATERAIS

Título	Data Celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo cultural	17/05/1960	24/12/1964	19/01/1965
Acordo de cooperação técnica e científica	31/01/1973	31/08/1973	04/01/1974
Acordo comercial	31/01/1973	12/11/1973	04/01/1974
Acordo para a criação de uma comissão mista brasileiro-egípcia de coordenação	07/03/1985	10/16/1987	09/07/1987

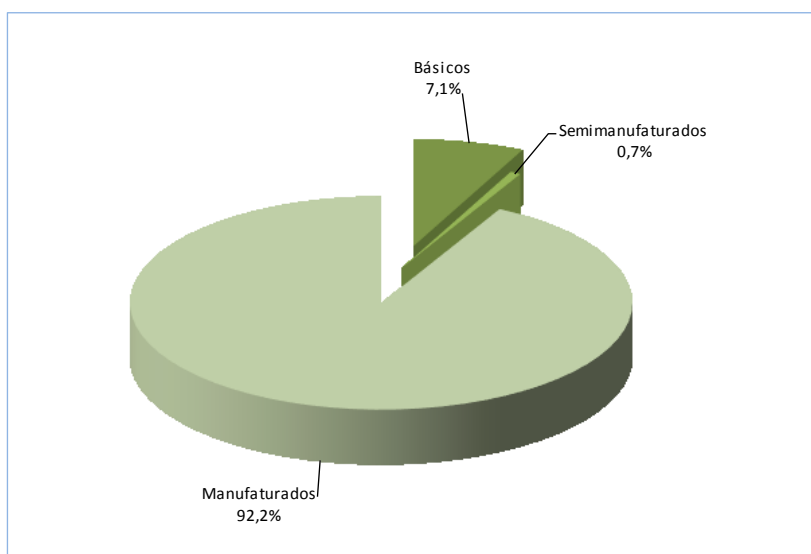
DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2018

Exportações



Importações



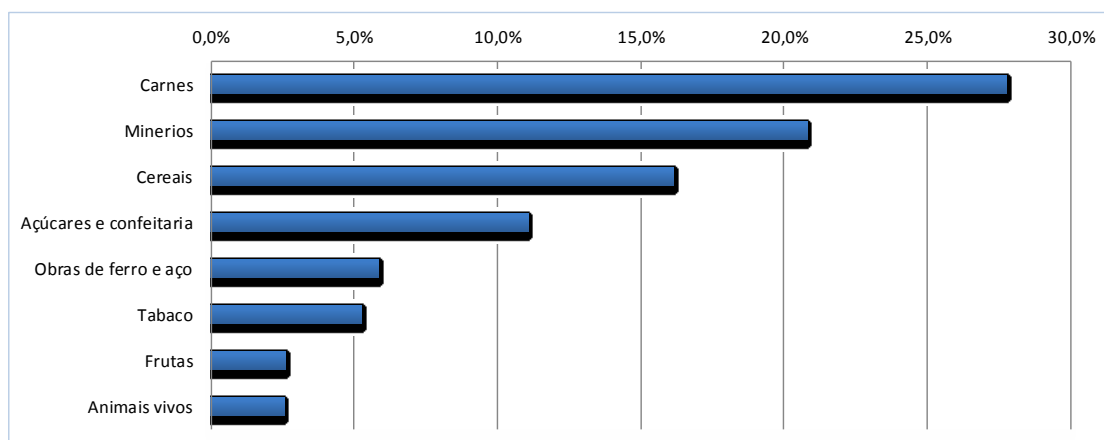
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Fevereiro de 2019.

Composição das exportações brasileiras para o Egito
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	677,6	38,2%	749,8	31,0%	593,2	27,8%
Minerios	181,4	10,2%	254,6	10,5%	443,8	20,8%
Cereais	248,0	14,0%	501,0	20,7%	345,0	16,2%
Açúcares e confeitaria	358,8	20,2%	592,3	24,5%	236,8	11,1%
Obras de ferro e aço	2,3	0,1%	14,0	0,6%	124,6	5,8%
Tabaco	7,2	0,4%	28,1	1,2%	111,7	5,2%
Frutas	13,7	0,8%	39,6	1,6%	55,6	2,6%
Animais vivos	17,2	1,0%	29,0	1,2%	54,3	2,5%
Subtotal	1.506,2	85,0%	2.208,6	91,3%	1.964,8	92,1%
Outros	265,8	15,0%	209,4	8,7%	169,3	7,9%
Total	1.772,0	100,0%	2.418,0	100,0%	2.134,1	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

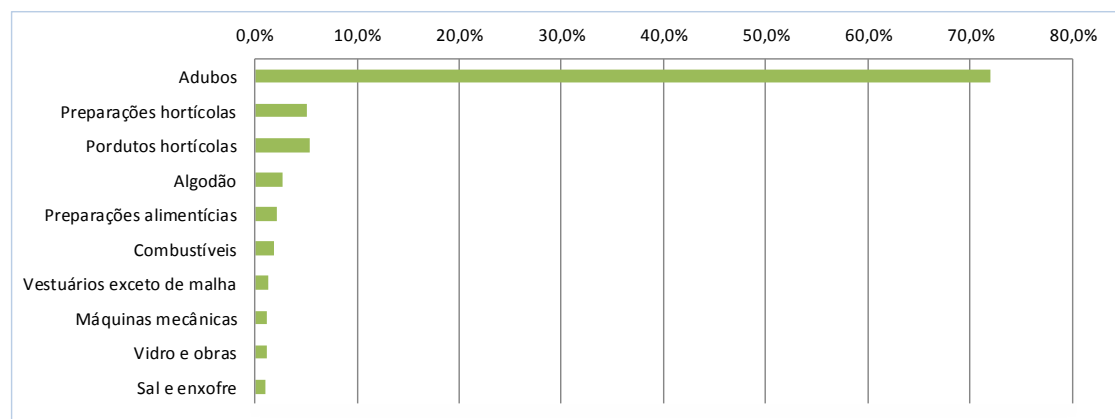


Composição das importações brasileiras originárias do país
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aubos	46,0	48,7%	78,2	50,3%	193,9	72,0%
Preparações hortícolas	4,2	4,4%	14,4	9,3%	13,7	5,1%
Pordutos hortícolas	8,7	9,2%	8,1	5,2%	14,5	5,4%
Algodão	8,2	8,7%	7,7	5,0%	7,3	2,7%
Preparações alimentícias	0,0	0,0%	1,0	0,6%	5,8	2,1%
Combustíveis	10,6	11,2%	18,8	12,1%	5,2	1,9%
Vestuários exceto de malha	2,0	2,1%	2,7	1,7%	3,4	1,3%
Máquinas mecânicas	0,1	0,1%	0,7	0,4%	3,3	1,2%
Vidro e obras	0,4	0,4%	1,4	0,9%	3,1	1,2%
Sal e enxofre	3,3	3,5%	3,9	2,5%	2,8	1,0%
Subtotal	83,3	88,2%	136,9	88,1%	253,1	93,9%
Outros	11,1	11,8%	18,6	11,9%	16,4	6,1%
Total	94,4	100,0%	155,5	100,0%	269,5	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



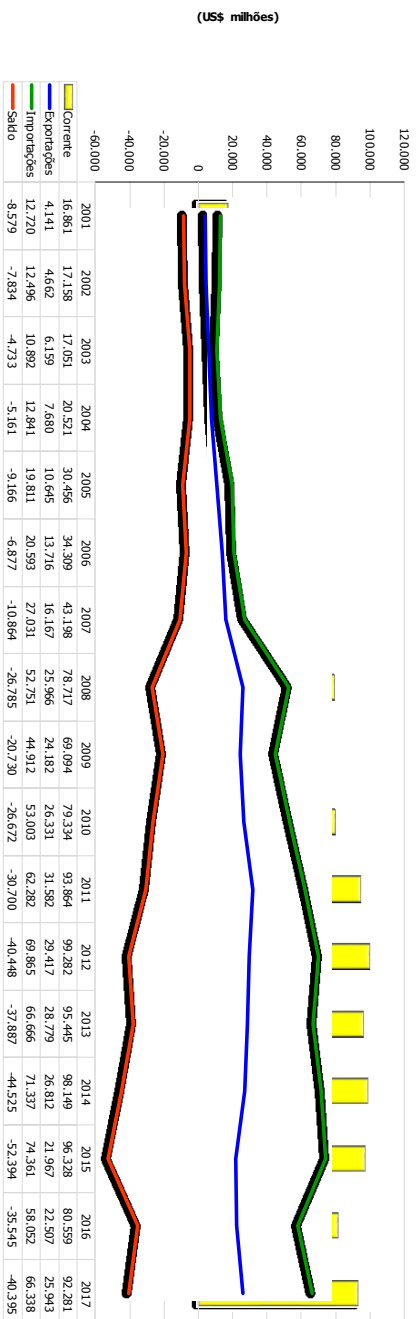
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
Exportações					
Carnes	143,5	30,3%	110,0	26,7%	Carnes 26,7%
Minérios	108,0	22,8%	91,4	22,2%	Minérios 22,2%
Cereais	48,9	10,3%	76,4	18,6%	Cereais 18,6%
Açúcar e confeitaria	46,8	9,9%	39,0	9,5%	Açúcar e confeitaria 9,5%
Animais vivos	7,7	1,6%	28,6	6,9%	Animais vivos 6,9%
Tabaco	25,2	5,3%	15,5	3,8%	Tabaco 3,8%
Café	3,1	0,7%	7,8	1,9%	Café 1,9%
Máquinas mecânicas	8,5	1,8%	6,5	1,6%	Máquinas mecânicas 1,6%
Subtotal	391,8	82,7%	375,3	91,1%	
Outros	82,0	17,3%	36,7	8,9%	
Total	473,9	100,0%	412,0	100,0%	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019
Importações					
Adubos	23	54,1%	78	86,9%	Adubos 86,9%
Produtos hortícolas	2	5,7%	1	1,6%	Produtos hortícolas 1,6%
Preparações alimentícias	2	4,7%	1	1,3%	Preparações alimentícias 1,3%
Vidro e obras	1	2,3%	1	1,1%	Vidro e obras 1,1%
Subtotal	29	66,7%	82	91,0%	
Outros produtos	14	33,3%	8	9,0%	
Total	43	100,0%	90	100,0%	

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Comércio Egito x Mundo

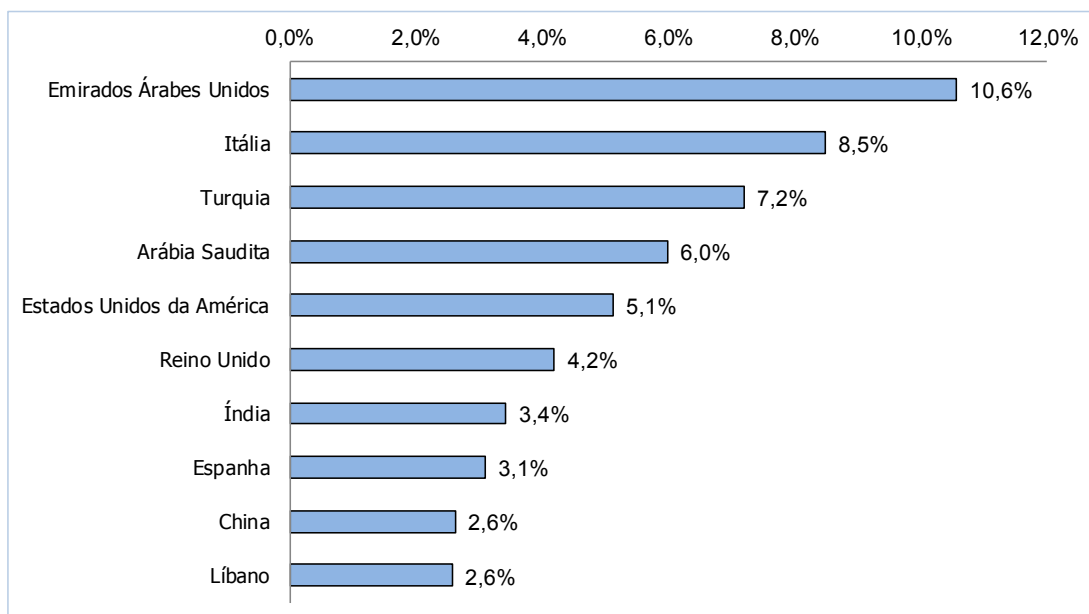


Principais destinos das exportações do Egito
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Emirados Árabes Unidos	2.740	10,6%
Itália	2.199	8,5%
Turquia	1.866	7,2%
Arábia Saudita	1.551	6,0%
Estados Unidos da América	1.329	5,1%
Reino Unido	1.089	4,2%
Índia	890	3,4%
Espanha	805	3,1%
China	680	2,6%
Líbano	668	2,6%
...		
Brasil (40º lugar)	111	0,4%
Subtotal	13.927	53,7%
Outros países	12.016	46,3%
Total	25.943	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais destinos das exportações

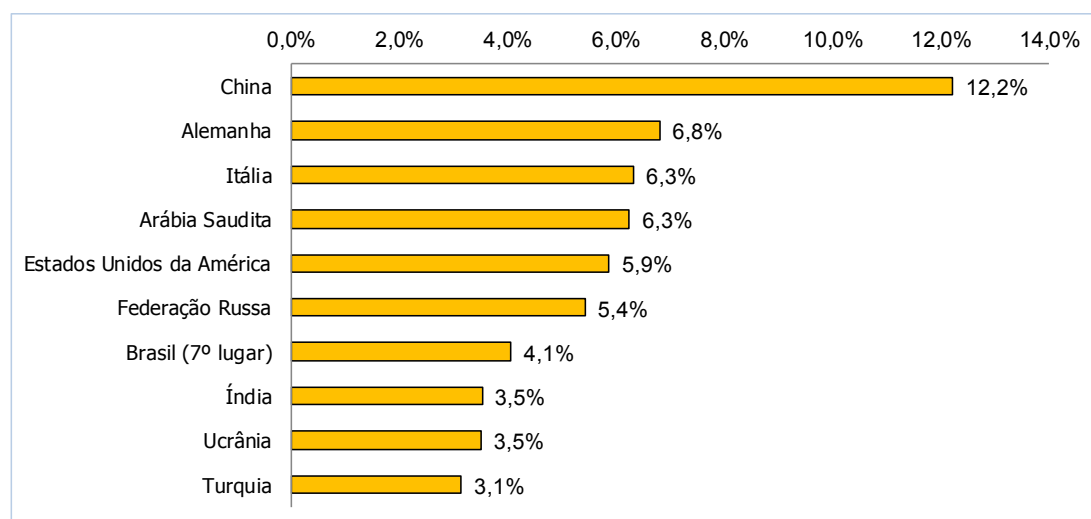


Principais origens das importações do Egito
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	8.106	12,2%
Alemanha	4.515	6,8%
Itália	4.192	6,3%
Arábia Saudita	4.147	6,3%
Estados Unidos da América	3.896	5,9%
Federação Russa	3.600	5,4%
<i>Brasil (7º lugar)</i>	2.695	4,1%
Índia	2.338	3,5%
Ucrânia	2.326	3,5%
Turquia	2.087	3,1%
Subtotal	37.903	57,1%
Outros países	28.435	42,9%
Total	66.338	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais origens das importações

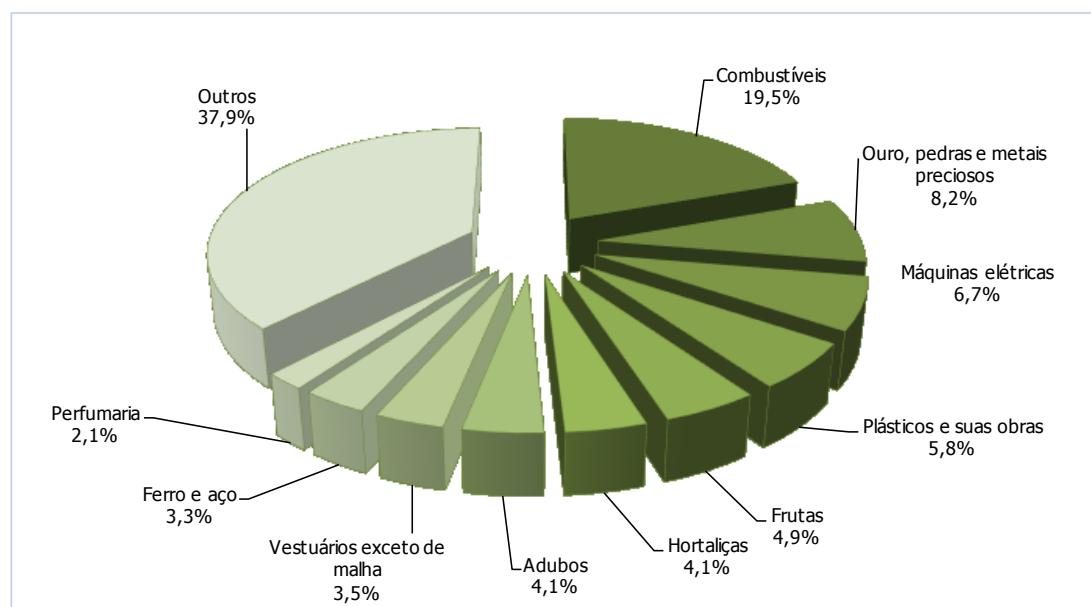


Composição das exportações do Egito
US\$ milhões

Grupos de Produtos (SH2)	2 0 1 7	Part.% no total
Combustíveis	5.063	19,5%
Ouro, pedras e metais preciosos	2.115	8,2%
Máquinas elétricas	1.728	6,7%
Plásticos e suas obras	1.507	5,8%
Frutas	1.270	4,9%
Hortaliças	1.065	4,1%
Aubos	1.052	4,1%
Vestuários exceto de malha	911	3,5%
Ferro e aço	859	3,3%
Perfumaria	543	2,1%
Subtotal	16.113	62,1%
Outros	9.830	37,9%
Total	25.943	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos exportados

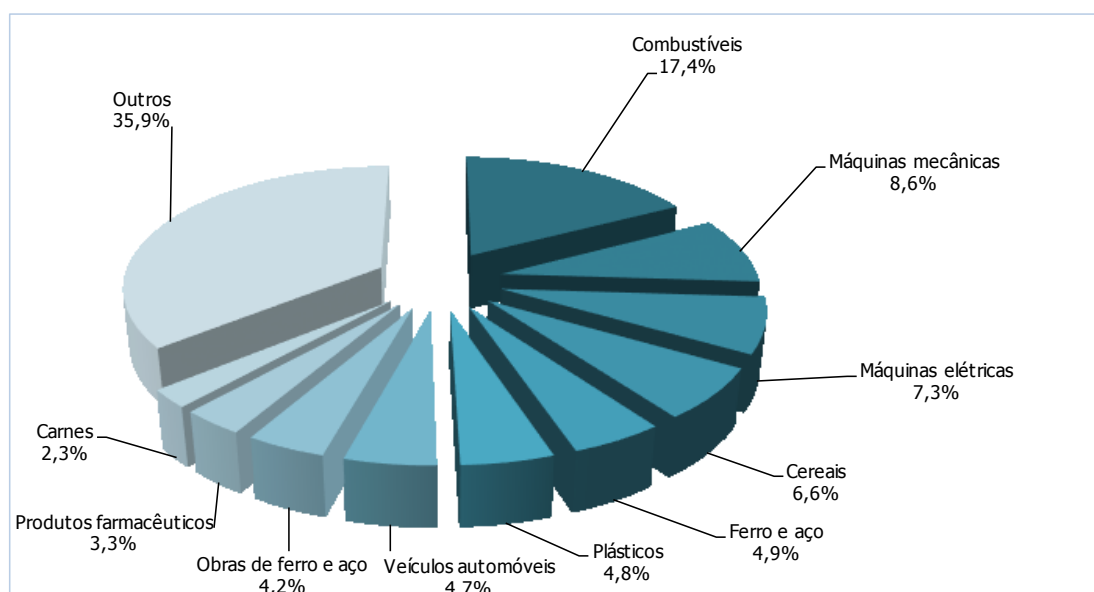


Composição das importações do Egito
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 7	Part.% no total
Combustíveis	11.524	17,4%
Máquinas mecânicas	5.718	8,6%
Máquinas elétricas	4.812	7,3%
Cereais	4.408	6,6%
Ferro e aço	3.244	4,9%
Plásticos	3.203	4,8%
Veículos automóveis	3.140	4,7%
Obras de ferro e aço	2.756	4,2%
Produtos farmacêuticos	2.187	3,3%
Carnes	1.552	2,3%
Subtotal	42.542	64,1%
Outros	23.796	35,9%
Total	66.338	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos importados



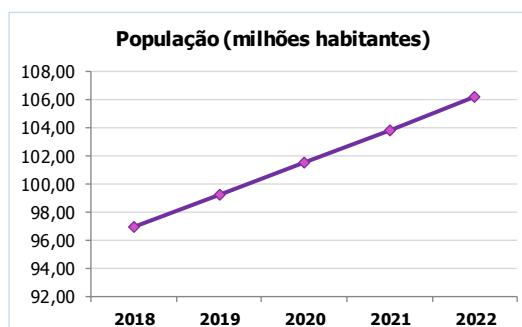
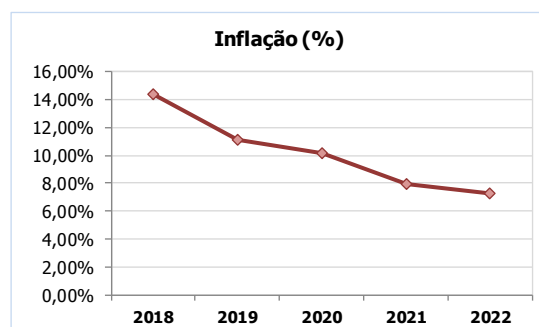
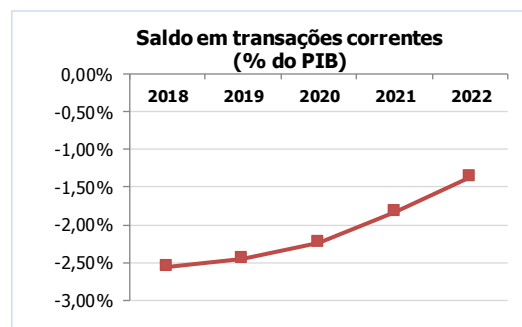
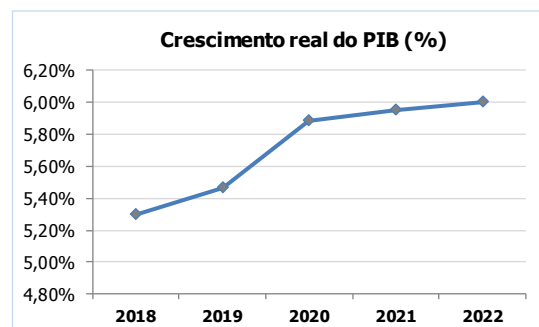
Principais indicadores socioeconômicos do Egito

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	5,30%	5,46%	5,89%	5,95%	6,00%
PIB nominal (US\$ bilhões)	249,47	298,15	339,38	359,15	380,56
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.572	3.005	3.344	3.459	3.579
PIB PPP (US\$ bilhões)	2.572,38	3.005,24	3.343,84	3.459,15	3.579,19
PIB PPP "per capita" (US\$)	13.374	14.081	14.852	15.669	16.538
População (milhões habitantes)	96,98	99,21	101,49	103,83	106,22
Desemprego (%)	10,93%	9,87%	8,27%	7,68%	7,05%
Inflação (%) ⁽²⁾	14,38%	11,06%	10,19%	7,93%	7,23%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-2,56%	-2,45%	-2,24%	-1,82%	-1,37%
Dívida externa (US\$ bilhões)	96,30	107,10	110,60	112,30	115,80
Câmbio (E£ / US\$) ⁽²⁾	17,91	17,40	17,26	17,03	16,67
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	11,7%				
Indústria	34,3%				
Serviços	54,0%				

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



LIGA DOS ESTADOS ÁRABES

Criação e Estrutura

A Liga dos Estados Árabe (LEA), criada em 22/3/1945, é mais antiga do que as Nações Unidas, fundada oficialmente em outubro daquele ano. Seus membros fundadores foram: Egito, Iraque, Transjordânia, Líbano, Arábia Saudita e Síria. O Iêmen ingressou na LEA ainda em maio de 1945. O organismo conta hoje com 22 membros. São eles: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Catar, Comores, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Síria (suspensa), Somália, Sudão e Tunísia.

O Conselho da Liga é o mais alto órgão decisório da LEA. Nele estão representados todos os membros, com direito a um voto cada. Os países geralmente se fazem representar no Conselho em nível de chanceleres. O Conselho reúne-se, em princípio, duas vezes por ano. A Presidência é ocupada em caráter de rodízio pelos países membros, por períodos de seis meses. Em março último, a presidência pro tempore do Conselho foi transferida do Sudão para a Somália.

Além das duas reuniões anuais do Conselho, a cada ano realiza-se a cúpula da LEA, em um de seus países membros, em nível de chefe de estado. A 30ª cúpula da Liga dos Estados Árabes foi realizada em Túnis em 31/3/2019.

Os Conselhos Ministeriais especializados são formados por ministros temáticos dos membros da Liga, que formulam políticas e administram a cooperação em áreas específicas.

O secretariado-geral ocupa-se da administração da LEA. Sua estrutura assemelha-se, em boa parte, à de uma chancelaria. É composto por diversas Subsecretarias, como de Assuntos Políticos, Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais, Assuntos Palestinos, entre outras, chefiadas por subsecretários-gerais, e chefes de Departamentos, como o Departamento de Américas. Ao secretário-geral, eleito pelo Conselho com maioria de 2/3 dos votos, para um mandato de cinco anos, renovável, compete alertar o Conselho sobre assuntos importantes nas relações entre os países membros e com países de fora da Liga. O atual secretário-geral da LEA é o embaixador Ahmed Aboul Gheit, de nacionalidade egípcia.

O Parlamento Árabe foi estabelecido em 2005. É composto por

parlamentares dos países membros da LEA. Cada país é representado por 4 parlamentares, totalizando 88 membros. Até 2012, era sediado em Damasco, mas desde então tem funcionado no Cairo. Não possui poder legislativo. Seu presidente é eleito para um mandato de três anos. O atual presidente do Parlamento Árabe é o saudita Meshal Sulami.

Relações Bilaterais

A delegação permanente da Liga dos Estados Árabes (LEA) no Brasil foi aberta em 1956 e teve seu status diplomático reconhecido em 1975. Foi fechada em 1995, e, em 2005, o SG-LEA anunciou a decisão de reabrir a Missão da Liga em Brasília e nomear um representante residente. Em janeiro de 2009, o Decreto n.º 6.733 promulgou o acordo de sede entre o Brasil e a LEA (assinado no Cairo em abril de 2007), que permitiu a reabertura física de sua representação em Brasília. O atual representante da LEA em Brasília é o embaixador Qais Shqair, ex-diretor de Assuntos Árabes e do Oriente Médio da chancelaria jordaniana.

Em dezembro de 2002, ainda na gestão de Amr Moussa como SG-LEA, o embaixador brasileiro no Cairo foi aceito como observador do Brasil na LEA. Após revisão interna, contudo, chegou-se à conclusão que a Carta da Liga não comporta a figura do observador, de modo que, em 2013, foram reiniciadas as tratativas para a definição de status especial do Brasil junto à LEA. Finalmente, em março de 2014, o então embaixador do Brasil no Cairo, Marco Antônio Diniz Brandão, foi formalmente acreditado pelo Conselho da Liga como representante especial junto à Liga Árabe. Atualmente, o representante do Brasil é o Embaixador Ruy Amaral.

O último encontro bilateral de alto nível foi realizado em 2016, em Nova York, quando o então ministro das Relações Exteriores José Serra se encontrou com o SG-LEA, Embaixador Ahmed Aboul-Gheit, à margem da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

O Brasil está representado em 17 dos 22 países árabes, os mesmos que possuem Embaixadas em Brasília, com exceção do Bahrein, que reativou sua embaixada em Brasília em agosto de 2018. Não têm embaixada em Brasília: Comores, Djibuti, Iêmen e Somália. Desde 2003, foram abertas Embaixadas em Doha, Cartum, Mascate e Nouakchott, reaberta a Embaixada em Bagdá e aberto o Escritório em Ramala.

Consultas políticas entre o Brasil e a Liga dos Estados Árabes

Memorando de entendimento que estabeleceu o mecanismo de consultas políticas bilateral foi assinado em 2015, à margem da 70ª Assembleia Geral da ONU, e sua reunião inaugural teve lugar em Brasília, em abril de 2016. A II reunião do mecanismo realizou-se no Cairo, em 22/4/18.

Comércio Bilateral

O comércio do Brasil com os países árabes aumentou em quase cinco vezes de 2002 a 2014, passando de US\$ 4,9 bilhões para US\$ 24,8 bilhões em 2014 (com o recorde de US\$ 26 bilhões em 2012). Desde então, o comércio registrou um patamar um pouco mais baixo, montando a US\$ 20 bilhões em 2017. O saldo das trocas foi de pouco mais de US\$ 7 bilhões para o Brasil em 2017, em comércio no qual o Brasil, no passado, costumava ser deficitário, principalmente devido às importações de petróleo. O Brasil ainda costuma figurar entre os 20 principais destinos das exportações extrarregionais dos países árabes. Desde 2010, no entanto, as exportações brasileiras vêm se mantendo num patamar entre US\$ 12 bilhões e US\$ 14 bilhões.

As exportações brasileiras para os países da Liga Árabe são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram mais de 60% do total em 2017, com destaque para açúcares de cana, carnes congeladas e cortadas (frango), milho e carne bovina. O Brasil importa principalmente derivados de petróleo e outros produtos químicos, representando mais de 80% do valor total das importações. Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Argélia e Marrocos são os principais parceiros comerciais brasileiros no mundo árabe.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESTADO DA ERITREIA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA

ABRIL DE 2019

DADOS BÁSICOS SOBRE A ERITREIA

NOME OFICIAL:	Estado da Eritreia
GENTÍLICO:	eritreu, eritreia
CAPITAL:	Asmara
ÁREA:	117 600 km ²
POPULAÇÃO:	5 918 919 habitantes (CIA, 2017)
LÍNGUA OFICIAL:	tigrínia, árabe e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo ortodoxo eritreu (57,7%), catolicismo (4,6%), islamismo sunita (36,2%), outras (1,5%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista unipartidária
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral, Assembleia Nacional Legislativa (<i>Hagerawi Baito</i>) com 175 assentos
CHEFE DE ESTADO E GOVERNO:	Presidente Isaias Afewerki (desde 24 de maio de 1993; <i>de facto</i> , 27 de abril de 1991)
CHANCELER:	Osman Saleh Mohammed (desde 18 de abril de 2007)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018):	US\$ 6,7 bilhões (FMI)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018):	US\$ 10 bilhões (FMI)
PIB PER CAPITA (2018)	US\$ 1 110 (FMI)
PIB PPP PER CAPITA (2018)	US\$ 1 660 (FMI)
VARIAÇÃO DO PIB	4,2% (2018); 5% (2017); 1,9% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016):	0,440 (179ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2017):	65,5 anos
ALFABETIZAÇÃO (2017):	64,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	6,4% (Fonte: PNUD)
UNIDADE MONETÁRIA:	nakfa
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	A ser designado

BRSILEIROS NO PAÍS	Não há registro
---------------------------	-----------------

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ERITREIA (fonte: MDIC) - FOB US\$ milhões											
Brasil → Eritreia	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018
Intercâmbio	0,0	0,0	0,0	7,7	9,2	29,3	10,6	9,5	1,3	15,4	0,1
Exportações	0,0	0,0	0,0	7,7	9,1	29,2	10,6	9,5	1,3	15,4	0,1
Importações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo	0,0	0,0	0,0	7,7	9,1	29,2	10,5	9,5	1,3	15,4	0,1

APRESENTAÇÃO

Situada no chifre da África, com costa para o Mar Vermelho, próxima de onde este se conecta com o Golfo de Áden, a Eritreia ocupa posição geopoliticamente estratégica, como ponto de confluência entre dois oceanos. A Etiópia perdeu sua saída para o mar com a independência da Eritreia, em 1993, o que constitui um dos motivos para os frequentes conflitos entre os dois países no fim do século XX e início do século corrente.

Há indícios de que a Eritreia tenha abrigado algumas das primeiras populações humanas conhecidas, com fósseis de hominídeos de mais de um milhão de anos encontrados na localidade de Buya, na região do país conhecida como Mar Vermelho Setentrional. A história do país é antiquíssima, iniciando-se em contatos com civilizações antigas como o Egito e a Núbia e passando por diversas fases, com destaque para o Reino de Aksum, que exerceu considerável poder político na região durante o primeiro milênio da Era Cristã. Da mesma forma como ocorreu na maior parte do norte e do chifre da África, a Eritreia foi incorporada ao Império Turco-Otomano no século XVI e, com o colapso deste, passou, no final do século XIX, à esfera da expansão colonial europeia, quando foi ocupada pela Itália. Com a derrota de Benito Mussolini na Segunda Guerra Mundial, o país passou ao domínio britânico. Em anos subsequentes, a

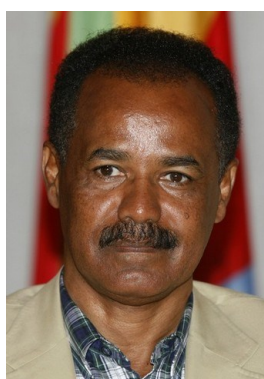
ausência de consenso entre os Aliados sobre o status da Eritreia, somada a pressões internas, levaria a longa guerra de independência, na qual movimentos independentistas eritreus combateram o governo de Haile Selassie e administrações posteriores da Etiópia.

Politicamente, a Eritreia independente tem se caracterizado pelo unipartidarismo e, externamente, por relações conturbadas com vizinhos e atores internacionais. No último ano, no entanto, grandes mudanças vêm acontecendo no aspecto externo, com a assinatura do Acordo de Paz com a Etiópia, a retomada de relações com o Djibuti e a suspensão de sanções impostas pela ONU desde 2009. Esses eventos, ainda muito recentes, tendem a reduzir o isolamento diplomático em que o país vivia e representam momento positivo para o estreitamento das relações entre a Eritreia e seus parceiros internacionais.

PERFIS BIOGRÁFICOS

ISAIAS AFEWERKI

Presidente



Isaias Afewerki foi designado presidente da Eritreia independente em 1993, pelo Parlamento. Eleições democráticas estavam previstas para 1997, mas nunca se realizaram. Seu partido, a Frente Popular para a Democracia e Justiça, é o único com permissão para operar no país. Nascido em 1946 em Asmara, Afewerki juntou-se à Frente para Libertação da Eritreia (ELF) em 1966 e recebeu treinamento militar na China. Em 1970, ajudou a fundar a Frente Popular para Libertação da Eritreia (EPLF), de que se tornou secretário-geral em 1987.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Eritreia, estabelecidas em 1996, ainda são incipientes, o que se reflete em reduzido comércio bilateral e raras visitas bilaterais de alto nível. A representação brasileira junto ao governo de Asmara faz-se por cumulatividade com a Embaixada no Cairo.

Em fevereiro de 2010, visitou o Brasil o ministro das Minas e Energia da Eritreia, Ahmed Haji, na condição de portador de carta do presidente Isaias

Afwerki ao então presidente Lula, sendo acompanhado pelo representante da Eritreia junto às Nações Unidas, Embaixador Araya Desta. Foram abordadas perspectivas de formação de parcerias para a exploração de minérios na Eritreia e a questão das sanções adotadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) contra o país.

Em maio de 2010, o ministro da Agricultura da Eritreia, Arefaine Behre, participou do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, em Brasília. Em 2011, em nova visita ao Brasil, o ministro Behre apresentou ao governo brasileiro a posição de seu país acerca da situação no Chifre da África. Foi, também, discutido o regime de sanções contra a Eritreia adotado pelo CSNU.

Em 2016, o ministro dos Esportes da Eritreia, embaixador Zemedet Tekle Woldetatos, viajou ao Rio de Janeiro para assistir aos Jogos Olímpicos.

Comércio e Investimentos

Muito oscilante e pouco expressivo, o comércio bilateral tem sido tradicionalmente superavitário para o Brasil (as exportações do Brasil corresponderam a 97,7% do comércio bilateral em 2018). O primeiro registro de intercâmbio comercial entre os dois países data de 2002, não ultrapassando, então, US\$ 2,9 mil e consistindo unicamente de exportações brasileiras. Em 2005, houve aumento significativo nesse volume, que alcançou aproximadamente US\$ 9 milhões. Em 2006, foram registradas as primeiras exportações eritreias para o Brasil, no valor de US\$ 41,93 mil. Em 2009, a despeito dos efeitos adversos da crise financeira sobre o comércio mundial, houve expressivo crescimento das exportações brasileiras à Eritreia, que alcançaram a cifra recorde de US\$ 29,24 milhões (valor não atingido em anos subsequentes), dos quais 97% corresponderam a exportações brasileiras, sobretudo de açúcar. Em 2017, o açúcar representou a quase totalidade das exportações, que somaram US\$ 15,4 milhões. Em 2018, entretanto, as exportações brasileiras não ultrapassaram o patamar dos US\$ 100 mil, registrando-se apenas a exportação de aparelhos para fins odontológicos, sacos e embalagens, e compressores de ar. As modestas exportações eritreias para o Brasil, desde 2006, têm sido compostas por camisetas de algodão e herbicidas.

Não há registro de investimentos brasileiros na Eritreia. Entre as oportunidades de negócios para empresas brasileiras no país, destaca-se o

incentivo que vem sendo dado pelo governo eritreu para que companhias estrangeiras participem, em regime de "joint venture", de projetos de exploração mineral no país.

Assuntos Consulares

Não há registro de brasileiros residentes na Eritreia. Tampouco existe uma rede de Consulados Honorários do Brasil no país. Os assuntos consulares pertinentes à Eritreia são de responsabilidade da Embaixada do Brasil no Cairo.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil à Eritreia

POLÍTICA INTERNA

A Eritreia foi colônia italiana de 1889 a 1943, quando o seu território passou a ser administrado pelo Império Britânico após a derrota da Itália na II Guerra Mundial. Em 1952, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) aprovou resolução que previa a criação de uma Federação entre a Etiópia e a Eritreia, com base nos vínculos históricos, culturais e econômicos existentes entre os dois territórios. A resolução, que seria implementada no mesmo ano de sua adoção, contou, à época, com o patrocínio dos Estados Unidos e do Reino Unido, que visavam compensar a Etiópia por sua colaboração com os Aliados durante a II Guerra e, sobretudo, sustar avanços da URSS sobre a estratégica região do Chifre da África.

A Federação entre Etiópia e Eritreia foi contestada desde seu início por grupos opositores eritreus, para os quais a resolução da AGNU não correspondia aos anseios de auto-determinação. Em 1962, após ordenar o fechamento do Parlamento eritreu, o Imperador Haile Selassie anexa unilateralmente o território da Eritreia. Inicia-se a partir de então o conflito armado pela independência do país, capitaneado pelos integrantes da Frente de Liberação da Eritreia (ELF, em inglês), movimento fundado por expatriados eritreus residentes no Cairo, em 1960.

A guerra pela independência da Eritreia perduraria mesmo após a deposição do Imperador Haile Selassie em 1974. O “Derg” (junta militar de ideologia marxista liderada por Mengistu Haile Mariam) intensificaria a repressão aos indepentistas eritreus ao longo dos anos 1970 e 1980.

Em 1972, divergências entre as lideranças da ELF levaram à criação da Frente de Liberação do Povo Eritreu (EPLF, em inglês). Os anos seguintes seriam marcados por sucessivos enfrentamentos entre as duas facções pelo comando da resistência contra a ocupação etíope. Apenas ao final dos anos 1970, a EPLF, liderada pelo atual presidente Isaias Afewerki, lograria impor-se sobre os demais grupos armados.

O fim da ditadura de Mengistu, em 1991, abriu caminho para o estabelecimento de negociações de paz entre a Eritreia e a Etiópia, com o firme apoio dos EUA. Como resultado, realizou-se em 1993, sob os auspícios das Nações Unidas, referendo em que a esmagadora maioria da população da Eritreia (99,83%) votou em favor da independência, que, naquele mesmo ano, foi declarada. A EPLF, facção dominante no país, liderou os trabalhos de convocação da Assembleia Nacional e reconfigurou-se como partido político de modo a acomodar novos segmentos da sociedade eritreia, passando então a denominar-se Frente Popular pela Democracia e Justiça (PFDJ, em inglês). Em maio de 1993, Isaias Afewerki, antigo militante da EPLF, foi designado presidente pela Assembleia Nacional.

Nos anos seguintes, a PFDJ se firmaria como o único partido político legal do país. Em 1997, uma Constituição, que previa inclusive a adoção do pluralismo político, foi aprovada pela Assembleia, sem contanto ter sido implementada até os dias de hoje. As eleições nacionais, previstas para aquele mesmo ano, foram inicialmente adiadas para 2001, depois indefinidamente.

Por ocasião da “Primavera Árabe” de 2011, invocando a necessidade de união nacional frente a inimigos externos, o presidente Afewerki buscou aumentar o poder das forças armadas e do aparato de segurança do estado, reprimindo ou banindo dissidências. A Eritreia segue sendo um estado unipartidário e militarizado (o serviço militar obrigatório pode durar indefinidamente), onde a imprensa é exclusivamente governamental. Esse quadro parece ter mudado muito pouco, até o momento, com a assinatura do acordo de paz com a Etiópia em julho de 2018.

POLÍTICA EXTERNA

Durante os quatro anos seguintes à independência eritreia (1993), Eritreia e **Etiópia** mantiveram relações amistosas, motivadas pela interdependência econômica, que se refletia principalmente na necessidade de acesso da Etiópia aos portos eritreus. Em 1997, as relações com a Etiópia deterioraram-se, sobretudo devido a questões relativas às condições de acesso etíope ao mar. Em 1998, iniciou-se guerra de fronteira, que resultou em milhares de vítimas e agravou as condições de pobreza e fome nos dois países.

O Acordo de Argel, assinado no ano 2000, logrou estabelecer um cessar-fogo entre a Eritreia e a Etiópia, possibilitando a criação, em julho do mesmo ano, da Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (UNMEE). Os principais objetivos da UNMEE eram monitorar o cessar-fogo entre os dois países e demarcar os limites da fronteira comum. Em 2003, a comissão encarregada pela ONU da demarcação de fronteiras (“Eritrean-Ethiopian Boundary Commission”) apresentou os seus trabalhos finais à Corte Internacional de Justiça. Entretanto, diante da animosidade e da falta de consenso entre as partes, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) encerrou, em julho de 2008, o mandato da Missão.

Em 5 de junho de 2018, no contexto das diversas reformas liberalizantes empreendidas pelo primeiro-ministro etíope Abiy Ahmed, a Etiópia surpreendeu observadores ao anunciar que acataria integralmente o Acordo de Argel. Em 8 de julho, Ahmed realizou visita histórica a Asmara, na qual, em encontro com o presidente Isaias Afewerki, anunciou abertura mútua de Embaixadas, estabelecimento de conexão aérea e autorização para ligações telefônicas, assinando, na ocasião, Declaração Conjunta de Paz e Amizade. Em 14 de julho, Afewerki reciprocou a visita, presidindo a cerimônia de abertura da Embaixada da Eritreia em Adis Abeba.

O **Djibuti** cortou relações com a Eritreia após o início do conflito etíope-eritreu, mas as restabeleceu em 2000, com a assinatura do Acordo de Argel. Entre 2004 e 2006, houve uma aproximação entre os dois países, consubstanciada na assinatura de acordos políticos, econômicos e militares. Entretanto, o relacionamento bilateral voltou a sofrer forte revés em abril de 2008, período em que ressurgiram as tensões de fronteira entre a Etiópia e Eritreia, pouco antes do fim do mandato da UNMEE. Apesar da tentativa

de mediação da Liga Árabe e do Catar, em maio e junho de 2008, choques violentos ocorreram na região fronteira de Ras Doumeira. Em janeiro de 2009, o CSNU instou ambas as partes envolvidas no conflito a retirar tropas e equipamentos militares da região, o que foi feito pelo Djibuti, mas não pela Eritreia. Em setembro de 2018, na esteira do acordo de paz entre a Etiópia e a Eritreia, este país e o Djibuti anunciaram que restaurariam relações diplomáticas.

As seguidas acusações de apoio a grupos insurgentes na **Somália** levaram à imposição de sanções pelo CSNU e debilitaram as relações com Washington, que incluiu a Eritreia em lista de países que apoiavam o terrorismo internacional. Em dezembro de 2009, o CSNU adotou a Resolução 1907, que impunha sanções à Eritreia pelo envolvimento do país na crise da Somália e pelo descumprimento das determinações do CSNU sobre o conflito fronteiro com o Djibuti. O documento estabelecia embargo de armas, interdições de viagens e congelamento de ativos de indivíduos e entidades que oferecessem apoio a grupos armados no Chifre da África ou obstruíssem o cumprimento das disposições do CSNU sobre o conflito com o Djibuti ou os trabalhos do Grupo de Monitoramento das sanções. À época, a resolução foi bem recebida tanto pela União Africana (UA) quanto pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, na sigla em inglês), organização que reúne os países da região do Chifre da África.

Em 14 de novembro de 2018, o CSNU anunciou a suspensão das sanções impostas contra a Eritreia, medida que já vinha sendo defendida por países da região, com destaque para a Etiópia.

A Eritreia sempre atribuiu alta prioridade às suas relações com o **Egito**, percebido como a outra potência na região, capaz de contrabalançar a influência etíope. O Egito é um dos poucos países africanos a manter embaixada residente no país e o aeroporto do Cairo é um dos poucos a ter ligação aérea direta para Asmara, com cinco voos semanais, em operação deficitária.

ECONOMIA

A Eritreia é um dos países mais pobres do mundo, figurando em 181º lugar no ranking de desenvolvimento humano da ONU. O período de quase vinte anos sob o regime do "Derg", bem como os conflitos com a Etiópia,

tiveram impacto sensivelmente negativo sobre a economia do país. Apesar disso, tem apresentado taxas expressivas de crescimento nos últimos anos (4,2% em 2018), impulsionadas, sobretudo, pelo desenvolvimento do setor de mineração. O setor de serviços foi responsável por 63% do PIB eritreu em 2017. A agricultura emprega cerca de 80% da população economicamente ativa, mas corresponde a apenas 14% do PIB. O irregular regime de chuvas e o histórico de conflitos armados e tensões sociais no país prejudicaram o desenvolvimento do setor agrícola, que é altamente dependente da importação de grãos para suprir o consumo doméstico. A insegurança alimentar constitui o principal problema socioeconômico, afetando cerca de 60% da população.

A mineração tem-se constituído em uma das principais fontes de geração de renda na Eritreia, beneficiando-se da atual política do governo eritreu de atração do capital estrangeiro para o setor. Empresas estrangeiras interessadas na exploração de minérios no país devem seguir o regime de "joint venture" com a estatal ENAMCO (Companhia Nacional Eritreia de Mineração). Pesquisas de empresas sul-africanas indicam a existência de minérios em 60% do território eritreu, sendo potássio o mais abundante, provavelmente uma das maiores reservas do mundo. Cobre, zinco, prata e ouro são extraídos em pelo menos cinco minas principais, exploradas por empresas de origem russa, australiana, chinesa e canadense. Outros minérios também presentes em solo eritreu, como sílica e tântalo, ainda não tiveram sua exploração comercial iniciada.

A Eritreia enfrenta sérios desequilíbrios macroeconômicos, como a alta da inflação e do endividamento interno e externo, além de persistente déficit em transações correntes. Embora inexistam dados oficiais, o FMI estima que a Eritreia enfrente déficits fiscais crônicos, desde sua independência, em média de 18% do PIB entre 2000-2010. O déficit fiscal no ano de 2017 é estimado em 9,8%. Ainda de acordo com o FMI, a dívida pública teria atingido 131% do PIB em 2017. A previsão para 2019 é que essa dívida se reduza ligeiramente em função do crescimento das receitas provenientes da exploração mineral no país. A inflação atingiu 14% ao ano em 2017, segundo relatório da "The Economist Intelligence Unit", e tem como uma de suas causas a impressão de papel-moeda pelo Banco Central para financiamento do déficit fiscal. Os altos gastos governamentais destinados ao setor de defesa, na última década, diminuíram consideravelmente a margem para a implementação de políticas de ajuste fiscal, além de imporem restrições à adoção de políticas

públicas voltadas à promoção do desenvolvimento.

Ao longo dos últimos anos, o governo eritreu tem buscado adotar medidas de liberalização econômica, a fim de atrair investimentos estrangeiros para o país. Em fevereiro de 2013, o governo flexibilizou as regras para transações em moeda estrangeira, antes fortemente restritivas. Os efeitos econômicos dessas medidas até o momento, entretanto, foram reduzidos, já que poucas empresas privadas investem no país e sempre em parceria com o governo. Em 2015, o governo recolheu toda a moeda corrente, e imprimiu novo modelo de notas, a fim de conter a inflação e o mercado paralelo de câmbio.

As exportações da Eritreia atingiram, em 2018, aproximadamente US\$ 760 milhões. Os principais compradores foram a China (62%) e a Coreia do Sul (28%). Os principais produtos exportados foram ouro e outros minerais, gado, tecidos, comida e bens manufaturados. Por sua vez, as importações foram de cerca de US\$ 1,17 bilhão, no mesmo ano, e concentraram-se em máquinas para mineração, petróleo, alimentos e bens manufaturados. Os principais países de origem das importações eritreias foram Emirados Árabes Unidos (14,5%), China (13%), Arábia Saudita (13%), Itália (13%) e Turquia (5,5%).

O governo eritreu aposta nas exportações decorrentes da exploração de minérios no país como solução para o persistente e vultoso déficit nas contas externas, em momento em que as remessas enviadas por eritreus da diáspora (cerca de 850 mil emigrados dispersos pelo mundo), fonte tradicional de divisas para o país, têm decrescido continuamente, segundo analistas. Em 2018, a balança comercial eritreia registrou déficit de, aproximadamente, US\$ 168 milhões. Além da dependência em relação à importação de alimentos, esse déficit explica-se pela necessidade de importação de maquinários para a mineração, e de petróleo, em consequência da carência de combustíveis no país. O preço do cobre em ascensão, além da projetada expansão do setor de exploração mineral no país, deverão garantir uma redução do déficit comercial nos próximos anos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

300 a 600	O território da atual Eritreia é parte do reino de Aksum
------------------	--

600	Árabes introduzem o Islã nas áreas costeiras
1500	Turco-otomanos estabelecem uma fortaleza em Massawa, na costa do Mar Vermelho
1881 a 1890	A Itália proclama o estabelecimento da colônia da Eritreia
1941	Forças britânicas ocupam a Eritreia
1949	A Grã-Bretanha administra a Eritreia como um território fiduciário das Nações Unidas
1952	A Assembleia Geral da ONU vota a favor da transformação da Eritreia em ente federado da Etiópia. Resistência islâmica eritreia ganha corpo
1958	A Frente de Libertação da Eritreia (ELF) é formada no Cairo por islâmicos separatistas, trabalhadores e estudantes
1960	Governo etíope assume controle da educação eritreia
1962	A Etiópia anexa a Eritreia com o status de província; ganha força a luta pela independência eritreia
1967	Tem início a guerra de guerrilha em larga escala
1970	O ELF se divide e a Frente de Libertação do Povo da Eritreia (EPLF) é formada e passa a reivindicar uma revolução social
1974	O imperador etíope Haile Selassie é destituído por golpe militar. Uma junta militar liderada por Mengistu Haile Mariam toma o poder
1977 a 1978	Com apoio soviético, forças etíopes reverteram avanços militares feitos pelos guerrilheiros eritreus
1982	A Etiópia lança um massivo ataque militar, conhecido como “Campanha Estrela Vermelha”, mas sofre pesadas baixas
1991	A Frente de Libertação do Povo da Eritreia toma a capital, Asmara e forma um governo provisório. O

	EPLF ajuda seus aliados no movimento rebelde etíope a derrubar Mengistu Haile Mariam
Abr/1993	Os eritreus votam esmagadoramente a favor da independência em referendo realizado sob os auspícios da ONU
Jul/1993	É assinado acordo entre Eritreia e Etiópia para utilização conjunta de recursos, cooperação em temas como energia, educação, transporte e defesa, bem como para garantia da livre circulação de pessoas entre os dois países
1998 a 2000	Confrontos entre a Eritreia e a Etiópia escalam para uma guerra que deixa 70 mil vítimas
2000	Assinatura do Acordo de Argel, que estabeleceu cessar-fogo entre a Eritreia e a Etiópia; criação da Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (UNMEE)
2003	Relatório da comissão da ONU para a delimitação das fronteiras entre a Etiópia e a Eritreia é submetido à Corte Internacional de Justiça
2007	A Eritreia se retira do órgão regional IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento)
2008	Extinção da UNMEE pelo Conselho de Segurança da ONU
Jun/2008	Enfrentamentos entre tropas do Djibuti e da Eritreia na área fronteiriça de Ras Doumeira; ao menos nove soldados djibutianos são mortos
Dez/2009	A ONU impõe sanções contra a Eritreia, acusada de apoiar insurgentes islâmicos na Somália
Jun/2010	Eritreia e Djibuti chegam a um acordo para resolver pacificamente a disputa de fronteiras entre os dois países
Jun/2014	O Conselho de Direitos Humanos da ONU emite alerta sobre o grande número de refugiados eritreus
Jul/2016	O Conselho de Direitos Humanos da ONU pede que a União Africana investigue os líderes eritreus por supostos crimes contra a humanidade
Jul/2017	A UNESCO acrescenta Asmara à sua lista de sítios do Patrimônio Mundial, descrevendo-a como exemplo bem preservado de uma cidade colonial planejada
Jul/2018	Etiópia e Eritreia assinam declaração conjunta de paz e

	amizade e colocam fim ao estado de guerra entre os dois países
Nov/2018	O Conselho de Segurança da ONU suspende, definitivamente, as sanções impostas à Eritreia

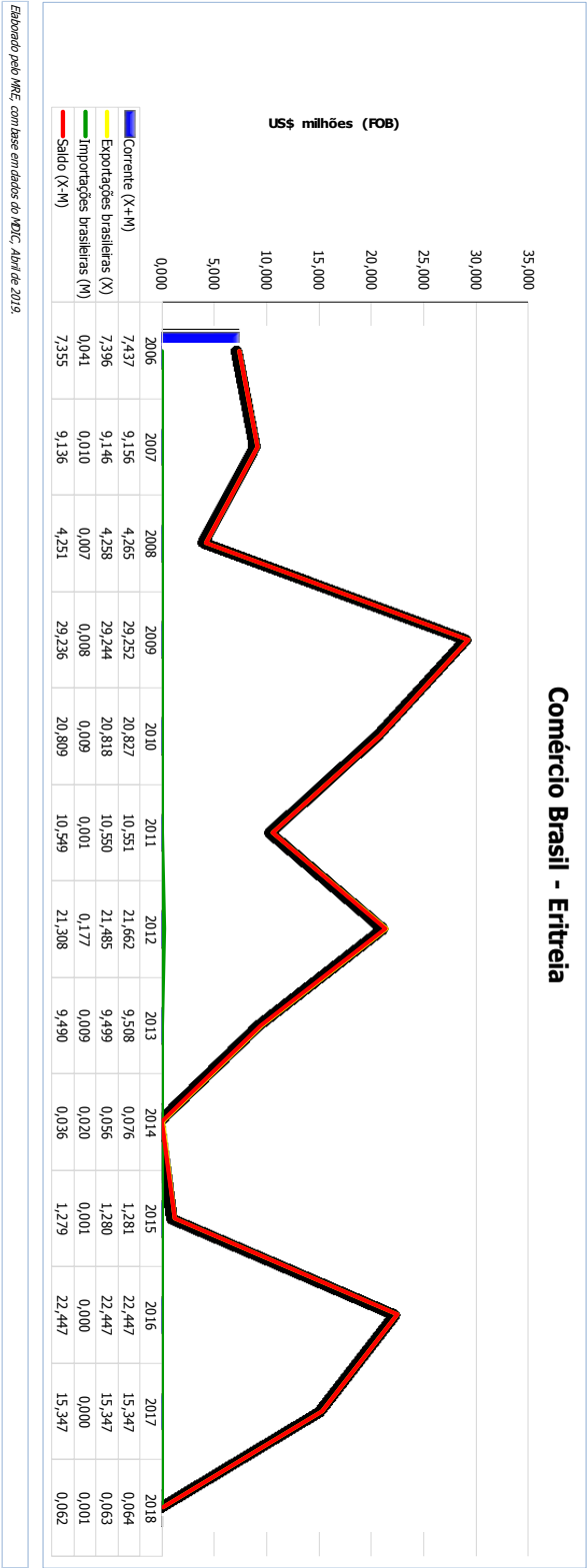
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1996	Estabelecimento de relações diplomáticas
Fev/2010	Visita ao Brasil do ministro das Minas e Energia da Eritreia, Ahmed Haji
Mai/2010	Visita a Brasília do ministro da Agricultura da Eritreia, Arefaine Behre, para participação no Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural
2011	Visita ao Brasil do ministro da Agricultura da Eritreia, Arefaine Behre
2016	Visita ao Rio de Janeiro do ministro dos Esportes da Eritreia, Zemedie Tekle Woldetatos, para assistir aos Jogos Olímpicos.

ATOS BILATERAIS

Não há atos bilaterais assinados entre Brasil e Eritreia.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

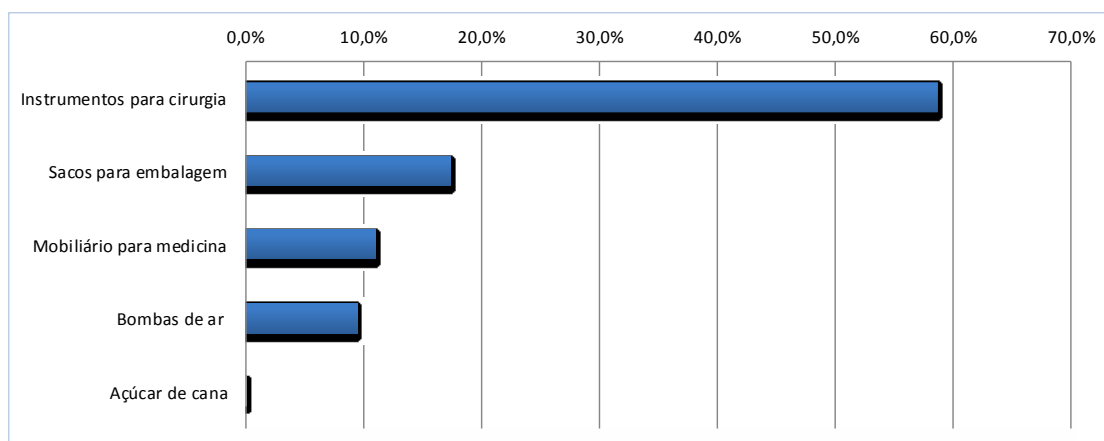


Composição das exportações brasileiras para a Eritreia
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Instrumentos para cirurgia	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,037	58,7%
Sacos para embalagem	0,021	0,1%	0,013	0,1%	0,011	17,5%
Mobiliário para medicina	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,007	11,1%
Bombas de ar	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,006	9,5%
Açúcar de cana	22,365	99,6%	15,324	99,9%	0,000	0,0%
Subtotal	22,386	99,7%	15,337	99,9%	0,061	96,8%
Outros	0,061	0,3%	0,010	0,1%	0,002	3,2%
Total	22,447	100,0%	15,347	100,0%	0,063	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

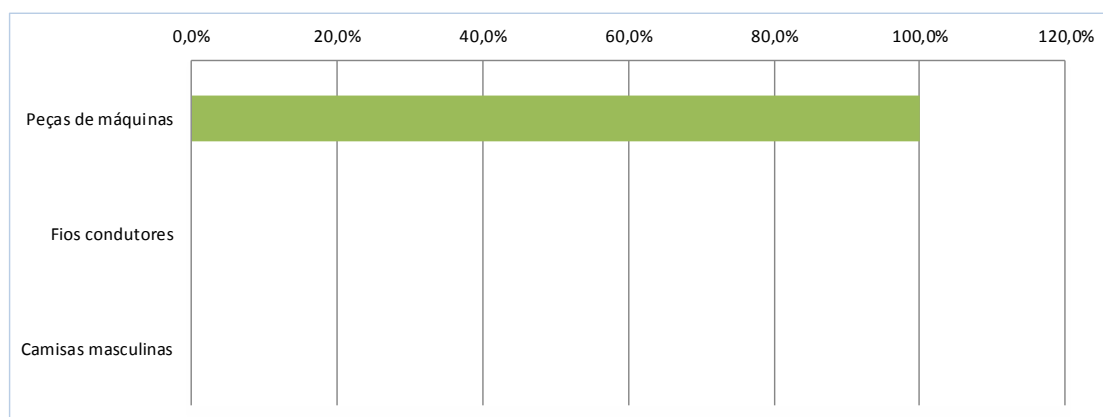


Composição das importações brasileiras originárias da Eritreia
US\$ milhões

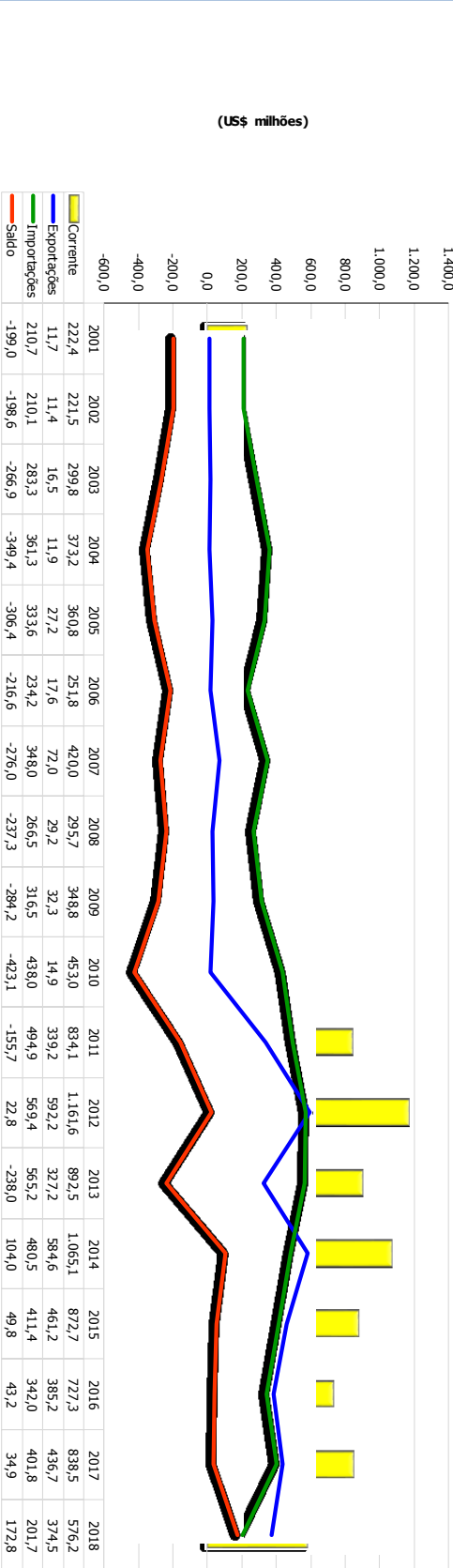
Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Peças de máquinas	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,001	100,0%
Fios condutores	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,000	0,0%
Camisas masculinas	0,0003	100,0%	0,0001	100,0%	0,000	0,0%
Subtotal	0,000	100,0%	0,000	100,0%	0,001	100,0%
Outros	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,000	0,0%
Total	0,000	100,0%	0,000	100,0%	0,001	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



Comércio Eritreia x Mundo

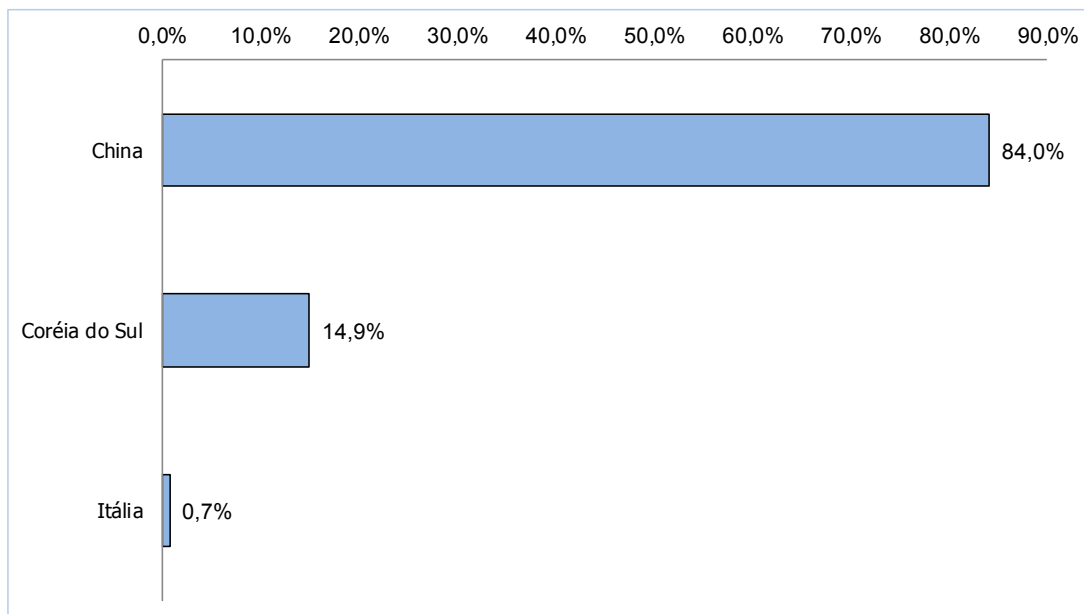


Principais destinos das exportações da Eritreia
US\$ milhões

Países	2018	Part.% no total
China	314,58	84,0%
Coréia do Sul	55,97	14,9%
Itália	2,58	0,7%
...		
<i>Brasil (38º lugar)</i>	<i>0,00</i>	<i>0,0%</i>
Subtotal	373,13	99,6%
Outros países	1,35	0,4%
Total	374,48	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais destinos das exportações

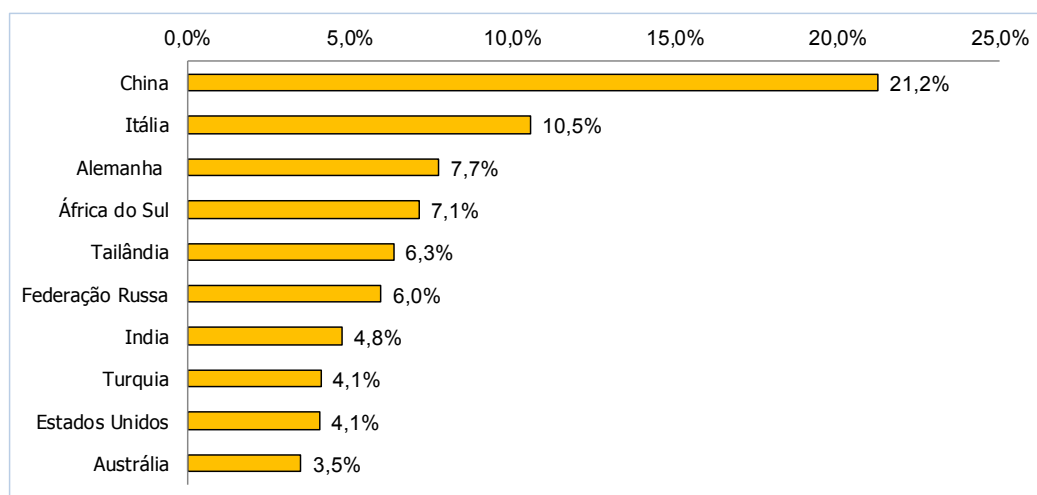


Principais origens das importações da Eritreia
US\$ milhões

Países	2018	Part.% no total
China	42,84	21,2%
Itália	21,27	10,5%
Alemanha	15,60	7,7%
África do Sul	14,37	7,1%
Tailândia	12,79	6,3%
Federação Russa	12,02	6,0%
Índia	9,59	4,8%
Turquia	8,27	4,1%
Estados Unidos	8,19	4,1%
Austrália	7,05	3,5%
...		
<i>Brasil (38º lugar)</i>	<i>0,04</i>	<i>0,0%</i>
Subtotal	152,02	75,4%
Outros países	49,70	24,6%
Total	201,72	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais origens das importações

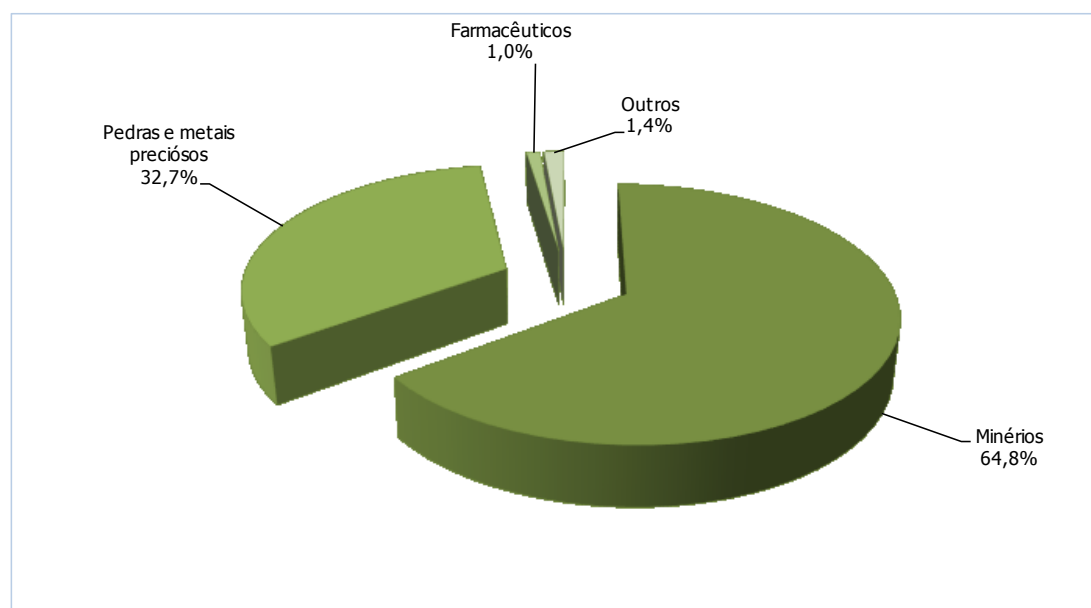


Composição das exportações da Eritreia
US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2017	Part.% no total
Minérios	283,19	64,8%
Pedras e metais preciosos	143,01	32,7%
Farmacêuticos	4,21	1,0%
Subtotal	430,42	98,6%
Outros	6,30	1,4%
Total	436,72	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos exportados



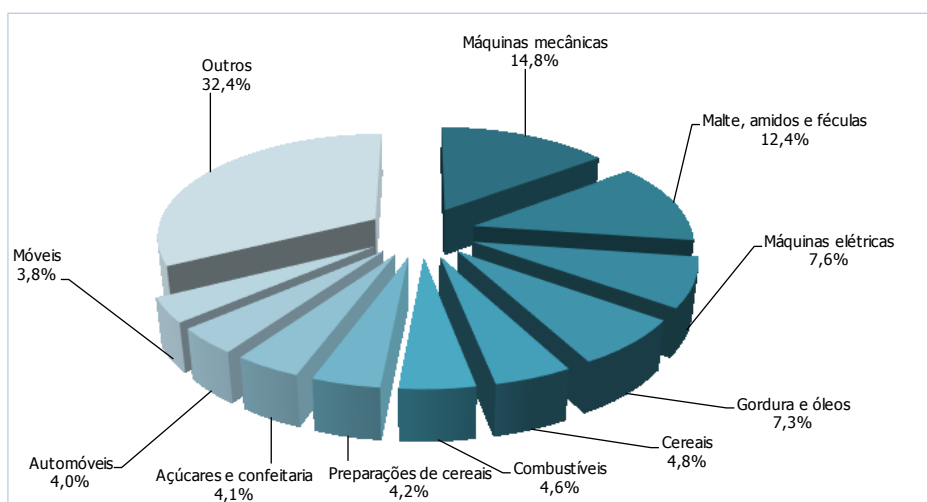
Dados de 2018 não disponíveis

Composição das importações da Eritreia
US\$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2017	Part.% no total
Máquinas mecânicas	59,48	14,8%
Malte, amidos e féculas	49,92	12,4%
Máquinas elétricas	30,60	7,6%
Gordura e óleos	29,20	7,3%
Cereais	19,24	4,8%
Combustíveis	18,56	4,6%
Preparações de cereais	16,86	4,2%
Açúcares e confeitaria	16,50	4,1%
Automóveis	16,07	4,0%
Móveis	15,11	3,8%
Subtotal	271,54	67,6%
Outros	130,25	32,4%
Total	401,79	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos importados



DADOS DE 2018 NÃO DISPONÍVEIS

Principais indicadores socioeconômicos da Eritreia

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	4,19%	3,78%	4,03%	4,18%	4,18%
PIB nominal (US\$ bilhões)	6,72	7,72	8,12	9,39	10,87
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.112	1.253	1.295	1.472	1.677
PIB PPP (US\$ bilhões)	10,02	10,63	11,26	11,95	12,98
PIB PPP "per capita" (US\$)	1.658	1.725	1.797	1.875	1.957
População (milhões habitantes)	6,05	6,16	6,27	6,38	6,48
Desemprego (%)	—	—	—	—	—
Inflação (%) ⁽²⁾	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-1,61%	-2,31%	-2,26%	-2,74%	-2,74%

Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	11,7%
Indústria	29,6%
Serviços	58,7%

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report February 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.

